

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

2011/2012



TII

**AS INFORMAÇÕES NAS FORÇAS ARMADAS
PORTUGUEAS - O PASSADO, O PRESENTE E UM
MODELO PARA O FUTURO**

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA / DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

HENRIQUE E. P. DE GOUVEIA E MELO

CMG



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**AS INFORMAÇÕES NAS FORÇAS ARMADAS
PORTUGUESAS - O PASSADO, O PRESENTE E UM
MODELO PARA O FUTURO**

**Contributos na definição de um papel para o Serviço de
Informações Militares em Portugal, no início do Séc. XXI**

CMG Henrique Eduardo Passaláqua de Gouveia e Melo

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2011/12

Lisboa 2011



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**AS INFORMAÇÕES NAS FORÇAS ARMADAS
PORTUGUESAS - O PASSADO, O PRESENTE E UM
MODELO PARA O FUTURO**

**Contributos na definição de um papel para o Serviço de
Informações Militares em Portugal, no início do Séc. XXI**

CMG Henrique Eduardo Passaláqua de Gouveia e Melo

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2011/12

Orientador: CMG Carlos Miguel Reis Silva de Oliveira Lemos

Lisboa 2011

AGRADECIMENTOS

Ao orientador do trabalho pelas recomendações e conselhos oportunos dados para a elaboração desta investigação.

Ao Contra-almirante Silva Ribeiro pelo apoio prestado e pelos comentários oportunos que me ajudaram na elaboração desta investigação.

Aos camaradas de curso pelo apoio e franca camaradagem, sempre prontos a auxiliar na realização de contactos necessários à elaboração dos inquéritos.

Ao Diretor do Curso, Major-General Aguiar dos Santos, pelo empenhamento que colocou no desbloquear do acesso aos deputados da Comissão de Defesa Nacional no sentido destes participarem no inquérito sobre o papel dos Serviços de Informações Militares.

À minha mulher Carol pela paciência demonstrada, pelo apoio que sempre me deu e pelas revisões efectuadas.



ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I.....	15
FINALIDADE.....	15
1. Revisão de literatura.....	15
a) Conceito de “Informações”.....	15
b) Quais os fins dos SI, em particular do SIM.....	16
2. Dados e análise.....	22
a) Para quem deve o SIM reportar e a que nível.....	22
b) Missões e tarefas que o SIM deve realizar e a perceção do que é, ou não realizado pelo CISMIL.....	25
3. Síntese conclusiva.....	28
CAPÍTULO II.....	30
DIRECCIONALIDADE.....	30
1. Revisão da literatura.....	30
2. Dados e análise.....	32
3. Síntese conclusiva.....	37
CAPÍTULO III.....	38
MODALIDADE.....	38
1. Revisão da literatura.....	38
a) Introdução.....	38
b) As técnicas de recolha e processamento da informação;.....	38
c) Os tipos de operação.....	41
2. Dados e análise.....	43
3. Síntese conclusiva.....	46
CAPÍTULO IV.....	48
INTEGRABILIDADE.....	48
1. Revisão da Literatura.....	48
Introdução.....	48
a) O posicionamento dos SIM na arquitetura da CI.....	48
b) A arquitetura dos modelos de referência.....	54
c) Os mecanismos de verificação democrática.....	58



2. Dados e análise	60
a) Evolução histórica dos Serviços de Informações portugueses	60
b) A arquitetura da CI em Portugal	63
c) Os mecanismos de verificação democrática	67
3. Síntese conclusiva	70
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	72

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Conceptualização sistémica do SIM	10
Figura 2 - Frequência de respostas inquérito aos militares	23
Figura 3 – Relação dos níveis atuação com as respostas.....	24
Figura 4 – SIED x CISMIL no eixo tático-estratégico.....	27
Figura 5 – Comparação de médias segregadas – Quantidade de informação recebida do CISMIL.....	28
Figura 6 - Conceptualização multidimensional dos alvos	36
Figura 7 – Conceptualização da fronteira entre <i>Think Tanks</i> e SI.....	45
Figura 8 – Arquitetura da CI de acordo com Muller-White (2004, p. 18).	53
Figura 9 – Arquitetura da CI dos EUA (Joint Chiefs of Staff - US, 2007)	54
Figura 10 – Arquitetura da CI do Reino Unido (UK Gov, 2010).....	55
Figura 11 – Arquitetura da CI de FR (FR Gov, 2008)	56
Figura 12 – Arquitetura da CI da Holanda (DCAF, 2006).....	57
Figura 13 – Arquitetura do SIRP (SIS, s.d.).....	63
Figura 14 – Volume de atuação do SIM.....	67
Figura 15 - Percurso metodológico	72

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Modelo de análise	12
Tabela 2 – Quadro de missões e tarefas	20
Tabela 3 - Dependências para os países de referência (EUA, UK, FR, NL).....	21
Tabela 4 - Respostas do inquérito sobre as dependências do SIM e a que nível.....	23
Tabela 5 - Respostas do inquérito sobre missões e tarefas do SIM.....	25
Tabela 6 – Alvos da pesquisa dos SIM nos EUA, UK, FR, NL.....	31
Tabela 7 – Natureza do que se pesquisa nos alvos pelos SIM dos EUA, UK, FR, NL.....	32
Tabela 8 – Síntese dos dados dos indicadores da componente - Alvos.....	33
Tabela 9 – Síntese dos dados sobre a natureza da informação que se pesquisa	35
Tabela 10 – Técnicas de pesquisa de informação usadas pelos SIM	41
Tabela 11 - Tipo, modalidades de ação realizados pelos SIM dos EUA, UK, FR, NL	43
Tabela 12 – Síntese dos modos e técnicas de operação.....	44
Tabela 13 - Arquitetura da CI de diversos países Europeus (DCAF, 2006)	50



Tabela 14 – Estrutura de controlo sobre os SI (Born & Leigh, 2007, p. 2).....	59
Tabela 15 - Tipos de controlo exercido pelos parlamentos (Born & Leigh, 2007, p. 11)..	60
Tabela 16 – Extratos da legislação sobre os SI e segurança interna.....	65
Tabela 17 – Mecanismos de verificação democrática sobre os SI	68
Tabela 18 – Síntese sobre Integrabilidade	69

LISTA DE APÊNDICES

ANEXO I – Resultados dos Inquéritos realizados aos militares e deputados da CDN

ANEXO II - Entrevista efetuada ao responsável máximo do CISMIL



RESUMO

A presente investigação tem como principal **objetivo** contribuir para um modelo integrado dos Serviços de Informações da República Portuguesa, no contexto atual, focando um dos seus pilares: as Informações Militares. Deste objetivo resulta a questão central desta investigação que é: qual deverá ser o **papel** dos **Serviços de Informações Militares** (SIM) no início do Século XXI no contexto Português.

Após a revisão da literatura, naturalmente focada nos SIM, em particular os dos Estados Unidos da América, Reino Unido, França e Holanda, foi possível, com base numa aproximação organicista/sistémica, construir um **modelo de referência** com quatro dimensões para um SIM de matriz democrática e ocidental: a **finalidade**, ou fins deste tipo de serviços; a **modalidade**, ou forma como operam; a **direccionalidade**, ou campo de pesquisa; e a **integrabilidade**, ou forma como se integram na comunidade de informações. A partir dessas quatro dimensões deduziram-se componentes e indicadores que completaram e densificaram o modelo de referência.

Procedeu-se então, à validação da adequabilidade a Portugal do modelo de referência, através de inquéritos a 60 militares dos três ramos e a seis deputados da Comissão de Defesa Nacional. Comparou-se ainda, a prática do Centro de Informações e Segurança Militar, com o modelo de referência, por forma a apurar as diferenças significativas e o actual estado deste serviço. Os militares que participaram no inquérito, enquanto amostra, representam o escalão superior de comando das Forças Armadas e os deputados o poder político.

Os resultados obtidos permitiram validar o modelo de referência, com algumas divergências dos deputados nas zonas de fronteira entre segurança interna vs externa, o foro policial vs militar e no âmbito estratégico do SIM. Constatou-se ainda que o CISMIL se encontra, na sua prática, consideravelmente desfasado do modelo de referência. Concluiu-se ainda: da adequabilidade do modelo de referência a Portugal; da necessidade de operar uma transformação significativa no CISMIL de modo a colocá-lo a par dos SIM dos países analisados; da criticidade da definição do papel do Chefe de Estado-Maior General da Forças Armadas na definição do âmbito de actuação do CISMIL; da necessidade de este serviço realizar operações encobertas; e que, decorridos 38 anos sobre a revolução de Abril, ainda hoje se fazem sentir os fantasmas e os complexos do passado o que tem prejudicado a eficácia dos Serviços de Informações e em particular do SIM.



ABSTRACT

The main objective of the present investigation is to contribute to an integrated model of the Intelligence Services of the Portuguese Republic, in the current context, focusing on one of its pillars: the Military Intelligence. From this main objective, results the central question of this research, which is: what should the role of the Military Intelligence (MI) be at the beginning of the XXI century in the Portuguese context.

After reviewing the literature, which was naturally focused on the MI, and particularly on those of the United States, United Kingdom, France and Holland, it was possible, based on an organic / systemic approach, to build a reference model with four dimensions based on a Western and democratic framework. These four dimensions were: the purpose (or purposes) of such services, the way, (or how they operate), the direction, (or field of research) and integration (or how they integrate) into the intelligence community. From these four dimensions, several components and indicators were deduced, which completed and solidified the reference model.

The validation of the reference model for Portugal was performed by means of a questionnaire which was given to 60 elements of the three military branches of the armed forces who represent a sample of the upper echelon of command, and to six members of parliament (MPs) of the National Defence Committee. We also compared the practice of the Center for Military Intelligence and Security (CISMIL), with the reference model in order to determine significant differences and the current status of this service.

The results supported the validation of the reference model, with some differences in the answers of the MPs with regard to border areas between internal vs. external security, the police vs. military forum and the strategic framework of the MI. It was further observed that the CISMIL is, in practice, considerably offset from the reference model. The main conclusions therefore were that: the reference model is suitable for Portugal; there is a need to carry out significant changes in CISMIL in order to place it at the same level of the MIs of the countries analyzed; the role of the General Chief of Staff of the Armed Forces is critical in defining the scope of action of the CISMIL; there is a need for the MI to perform covert operations; and finally, that 38 years after the April revolution, the ghosts and the complexes of the past are still felt, and these have undermined the effectiveness of the Information Services and in particular those of the MI.



As informações nas Forças Armadas Portuguesas – o passado, o presente e um modelo para o futuro

PALAVRAS-CHAVE

Informações, Secretos, Serviços de Informações Militares, CISMIL, CEMGFA

KEY WORDS

Intelligence, Intelligence Services, Military Intelligence, CISMIL, CEMGFA



LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AR	Assembleia da República
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CI	Comunidade de Informações
CI	<i>Counter-Intelligence</i>
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CISMIL	Centro de Informações e Segurança Militares
CND	Comissão de Defesa Nacional
CNR	<i>Council Nationale de Renseignement</i>
COMMINT	<i>Communications Intelligence</i>
CYBERWAR	Guerra Informática através da INTERNET
DCRI	<i>Direction Centrale du Renseignement Intérieur</i>
DEA	<i>Drug Enforcement Agency</i>
DGPN	<i>Direction Générale de la Police Nationale</i>
DGSE	<i>Direction Générale de la Sécurité Extérieure</i>
DHS	<i>Department of Homeland Security</i>
DI	<i>Defence Intelligence</i>
DIA	<i>Defense Intelligence Service - EUA</i>
DISS	<i>Defense Intelligence and Security Service</i>
DISS	<i>Defence Intelligence and Security Service</i>
DMI	<i>Directorate of Military Intelligence</i>
DNRED	<i>Direction Nationale du Renseignement et des Enquêtes Douanières</i>
DRM	<i>Direction du Renseignement Militaire</i>
ELINT	<i>Electronic Intelligence</i>
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
EUA	Estados Unidos da América
FFAA	Forças Armadas
FISINT	<i>Foreign Instrumentation Signals Intelligence</i>
FND	Forças Nacionais Destacadas
FR	França
GCHQ	<i>Government Communications Headquarters</i>
GEOINT	<i>Geographical Intelligence</i>
GISS	<i>GISS – General Intelligence and Security Service</i>
H	Hipóteses
HUMINT	<i>Human Intelligence</i>
IMINT	<i>Imagery Intelligence</i>
JCS	<i>Joint Chief of Staff</i>
JIC	<i>Join Intelligence Committee</i>
JTAC	<i>Joint Terrorism Analysis Centre</i>
MA	Modelo de Análise
MAE	<i>Ministère des Affaires Étrangères</i>
MASINT	<i>Measurement and Signature Intelligence</i>
MB	<i>Ministère du Budget</i>



MDN	Ministério da Defesa
MDN	<i>Ministère de la Défense</i>
ME&I	<i>Ministère de l'Economie et de l'Industrie</i>
MIVD	<i>Militaire Inlichtingen en Veiligheidsdienst</i> - Serviço de Informações Militares da Holanda
MIVD	<i>Ministère de l'Intérieur</i>
MoD, MOD	<i>Ministry of Defense</i>
MoL	Ministério do Interior
MR	Modelo de Referência
NATO, OTAN	<i>North Atlantic Treaty Organization</i> , Organização do Tratado do Atlântico Norte
NCTC	<i>National Counterterrorism Center</i>
NGA	<i>National Geospatial-Intelligence Agency</i>
NL	Holanda
NRO	<i>National Reconnaissance Office</i>
OSINT	<i>Open Source Intelligence</i>
PDSB	<i>Direction de la Protection et de la Sécurité</i>
PGR	Procurador-Geral da República
QC	Questão Central
QD	Questões Derivadas
RL	Revisão da Literatura
SG	Secretário-geral
SI	Serviço de Informações
SIED	Serviço de Informações Estratégicos de Defesa
SIGINT	<i>Signals Intelligence</i>
SIM	Serviço de Informações Militares
SIRP	Sistema de Informações da República Portuguesa
SIS	Serviços de Informações de Segurança
SIS	<i>Secret Intelligence Service</i>
SS	<i>Security Service</i>
TECHINT	<i>Technical Intelligence</i>
TII	Trabalho de Investigação Individual
TO	Teatro de Operações
TRACFIC	<i>Traitement du Renseignement et Action Contre les Circuits Financiers Clandestins</i>
UCLAT	<i>Unité de Coordination de Lutte contre le Terrorisme</i>
UK	Reino Unido



INTRODUÇÃO

“Assim, o que permite ao sábio soberano e ao bom general atacar e conquistar, e atingir coisas para além do alcance do homem comum, é o conhecimento presciente “

Sun Tzu.

O fim da guerra fria em 1989 marca o início de um processo de transformação de um mundo bipolar para um outro multipolar, globalizado, fluído, interconectado, onde proliferam os conflitos de carácter étnico, nacionalista, religioso, cultural e económico e que se reflete por via dessa globalização em todos os povos e nações do planeta.

Assiste-se também a uma profunda alteração do próprio tecido das relações internacionais que deixaram de envolver exclusivamente atores estatais e que agora sofrem a ação de uma profunda interligação global, marcada pela rápida circulação da informação, pessoas e bens e seguramente pós-Wesphaliana.

No atual contexto de incerteza, de forte volatilidade internacional e com ameaças de múltiplas naturezas, um Estado como Portugal não poderá prescindir de Serviços de Informações (SI) competentes sem correr o risco de agir de forma desinformada com reflexos na estabilidade, na prosperidade e na segurança do país.

Passados mais de 38 anos do fim da ditadura, os Serviços de Informações continuam a sofrer no imaginário português de uma conotação negativa associada ao papel de uma polícia política repressiva, que tem retardado o reconhecimento destes enquanto ferramenta essencial de apoio à ação do Estado num mundo em constante mudança.

A área das informações em Portugal também tem sido palco de uma luta de poder corporativo e político-partidário, após o 25 de Abril de 1974, que não tem permitido uma estabilização e normalização desejada ao sistema e que tem influenciado as perceções sobre o papel do Serviço de Informações Militares.

Resultarão daqui questões relevantes para a definição do âmbito de atuação do SIM, nomeadamente nas áreas cinzentas de interseção com outros polos da Comunidade de Informações (CI) nacional.



É pois neste quadro internacional, caracterizado pela forte volatilidade e incerteza, que importa solidificar os SI do Estado, enquanto instrumentos essenciais à Defesa, à Segurança e à condução política deste nos fora internacionais.

Justifica-se assim, a presente Investigação, pelo contributo que poderá dar para uma melhor adaptação do modelo do SIM às necessidades das Forças Armadas (FFAA) e do país e à sua plena integração na CI.

Deste modo, o **objetivo** desta investigação é: *Encontrar o papel adequado que o SIM deve ter no Portugal contemporâneo e dessa forma contribuir para um modelo mais eficaz, coerente e integrado dos Serviços de Informações da República Portuguesa.*

Resulta do objetivo supra enumerado, o verdadeiro **objecto** desta investigação, ou seja o seu núcleo, que é: *o modelo do Serviço de Informações Militares¹ em Portugal, delimitado através da seguinte questão central (QC): “Qual deverá ser o papel dos Serviços de Informações Militares (SIM) no início do Século XXI no contexto Português”.*

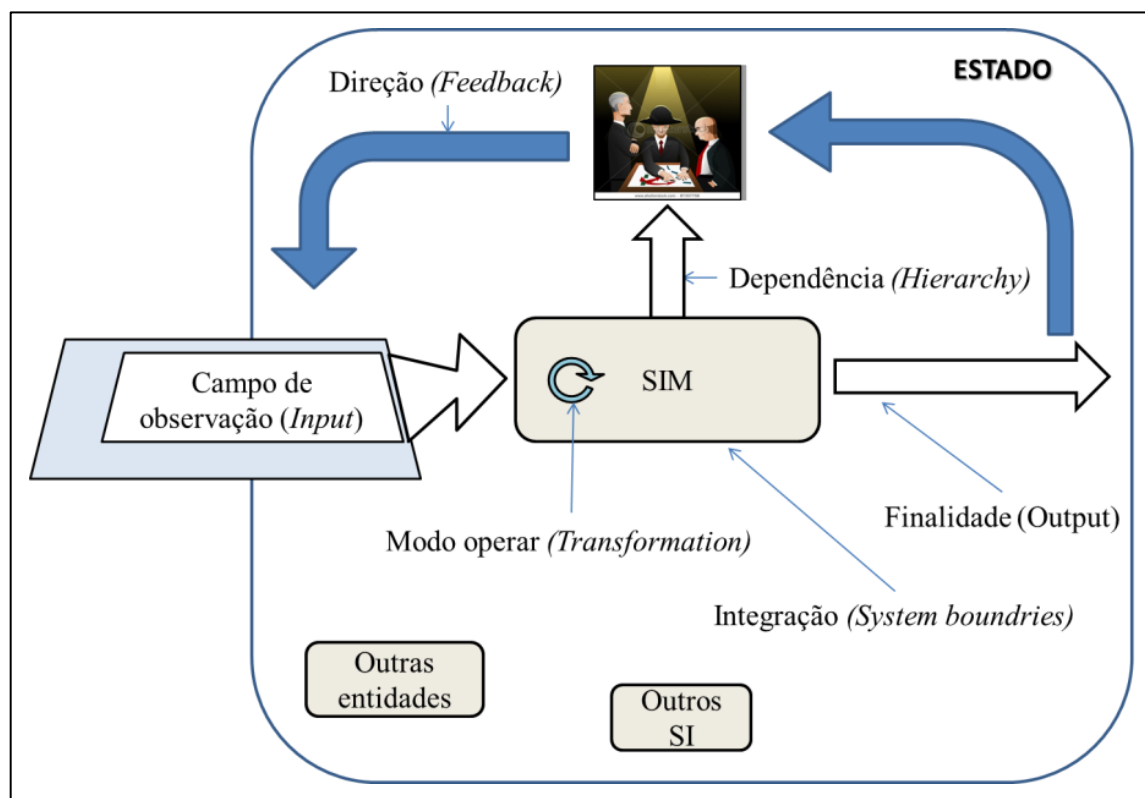


Figura 1 – Conceptualização sistémica do SIM

¹ O SIM Português tem a denominação de CISMIL – Centro de Informações e Segurança Militar e está integrado na estrutura do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA).



No sentido de decompor a QC num conjunto de questões derivadas (QD) e hipóteses (H), que permitissem uma análise completa do objecto desta investigação, seguiu-se uma abordagem organicista/sistémica (Heylighen, 1998), (Kast & Rosenzweig, 1981), (Chen & Stroup, 1993), para o SIM [Fig 1]. Nesse sentido, e tendo em conta a *teoria geral de sistemas*, identificaram-se os seguintes atributos para um SIM genérico: uma finalidade (*output*); um modo de operar (*transformation*); um campo de observação (*input*); uma fronteira (*system boundries*) que o separa do exterior; uma dependência (*hierarchy*); um sistema de direção que reagirá de acordo com as necessidades de informação e dos resultados obtidos (*feedback*).

A partir da conceptualização anterior, agrupando os atributos identificados para o SIM, formularam-se quatro **questões derivadas** (QD) e hipóteses (H) associadas que permitiram encontrar a resposta à QC:

- **QD1** – *A que necessidade de informação deverá responder o SIM?*
 - **(H1):** *As necessidades de informações das Forças Armadas portuguesas seguem o mesmo padrão dos países de referência ocidental e democrática e o Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL), embora enquadrado organicamente num modelo similar aos outros SIM de referência, não responde cabalmente a essas necessidades;*
- **QD2** – *Qual deverá ser o campo de pesquisa do SIM?*
 - **(H2):** *O campo de pesquisa que responde às necessidades de informações das forças Armadas é similar aos dos SIM de matriz ocidental e democrática e o CISMIL não cobre todas as vertentes necessárias tendo um foco particular na área tática da componente terrestre;*
- **QD3** – *Como deverá atuar o SIM?*
 - **(H3):** *O CISMIL atua exclusivamente no modo aberto, com uma diminuta capacidade de pesquisa que afeta necessariamente toda a cadeia de valor subsequente, e desse modo afasta-se dos modelos de atuação de serviços idênticos da matriz ocidental e democrática;*
- **QD4** – *Qual deverá ser o posicionamento do SIM dentro da CI?*



- **(H4):** *O CISMIL está integrado na CI nacional à semelhança dos SIM dos países da matriz de referência, no entanto subsistem áreas de sobreposição e indefinição que limitam os resultados deste serviço.*

O **procedimento metodológico** seguiu as sete etapas do método científico descrito por Quivy e Campenhout (2005), através de um processo hipotético-indutivo na construção da problemática e depois, na sua verificação, através do método hipotético-dedutivo.

Foi realizada uma revisão da literatura (RL) sobre os SI, em especial os de natureza militar, de modo a construir um referencial de análise. Optou-se também por estudar em particular os SIM dos Estados Unidos da América (EUA), da França (FR), do Reino Unido (UK) e da Holanda (NL), por pertencerem a uma matriz ocidental e democrática, idêntica à de Portugal. Com base na RL construiu-se a **problemática** (idem) que levou à formulação definitiva da QC, das QD e das H.

Uma vez caracterizada a problemática elaborou-se um **modelo de análise** (MA) (idem) coerente com as QD e H formuladas, representado na tabela um.

Tabela 1 – Modelo de análise

REFERENTES, CONCEITOS	CRITÉRIOS DE VERIFICAÇÃO	COMPONENTES
SIM dos Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido (UK), França (FR), Holanda (NL), livros e artigos sobre o papel dos SIM.	1 – Finalidade	1.1. Para que servem?
		1.2. Para quem reportam?
		1.3. A que nível de necessidades respondem os SIM (estratégico, operacional, tático)?
	2 - Direcionalidade	2.1. Alvos (da pesquisa)?
		2.2. Natureza (do que se pesquisa)?
	3 – Modalidade	3.1. Técnicas usadas?
		3.2. Tipos de operação?
	4- Integrabilidade	4.1. Arquitetura?
		4.2. Mecanismo de verificação democrática?



Com base nos referentes do MA elaborou-se uma extensa lista de indicadores (vertidos no questionário do Anexo I, da pergunta quatro a nove) organizados pelas dimensões e componentes respectivas. Estes indicadores resultaram de um trabalho exaustivo de síntese de toda a RL sobre os SI, em particular os de natureza militar. Assim sendo, os próprios indicadores constituíram um modelo de referência (MR) que foi usado para colher a opinião dos militares e deputados, medindo dessa forma a sua adequabilidade a Portugal, tendo servido ainda como ferramenta de diagnóstico para avaliar, à luz desse modelo, o estado do CISMIL.

A partir do MR foram elaborados os seguintes **instrumentos de observação** indiretos:

- Inquérito *online*, anónimo, a militares dos três ramos, que frequentam os diversos cursos ministrados no IESM e a outros que participaram em Forças Nacionais Destacadas (FND), num total de 60 militares (modelo e resultados em ANEXO I);
- Inquérito *online* a deputados da Comissão de Defesa Nacional (CDN), usando o mesmo inquérito aplicado aos Militares do Anexo I, subtraídas as três primeiras questões que serviram para caracterizar o ramo de origem, o posto e a participação, ou não, em Forças Nacionais Destacadas (FND). Foram obtidas seis respostas apresentadas no corpo da discussão;
- Entrevista ao Diretor do CISMIL (em ANEXO II).

Nos inquéritos aos militares foi possível realizar análises com significado estatístico, face à amostra recolhida, o mesmo não tendo acontecido no inquérito aos deputados. No entanto, mesmo assim, foi possível retirar deste último, informação útil para esta investigação.

Após a recolha e tratamento estatístico dos dados procedeu-se à **análise/discussão** destes tendo por base os seguintes pressupostos:

- Que a amostra constituída pelos militares que responderam ao inquérito dá, face à antiguidade e experiência destes, uma forte indicação das necessidades de informação no âmbito militar e do modelo desejado para o SIM;
- Que os deputados da CDN representam a opinião da classe política sobre os assuntos de Defesa;



As informações nas Forças Armadas Portuguesas – o passado, o presente e um modelo para o futuro

- Que a análise da entrevista ao diretor do CISMIL permitiu aferir e confirmar as hipóteses levantadas sobre o CISMIL.

Com base no MR e nos pressupostos anteriores, a análise dos dados obtidos permitiu aferir o seguinte:

- O papel de um SIM num país de matriz democrática e ocidental no início deste século;
- O que pensam os militares e a classe dirigente sobre esse papel;
- Como está o CISMIL relativamente ao modelo de referência.

As conclusões derivaram da interseção destes resultados.

A **organização** do presente trabalho compreende uma introdução, quatro capítulos de desenvolvimento, e um capítulo final de conclusões e recomendações. Nos quatro capítulos de desenvolvimento, são tratadas as questões derivadas. No capítulo de conclusões e recomendações, são resumidos todos os contributos. Cada um dos quatro capítulos de desenvolvimento está por sua vez subdividido em três secções: revisão da literatura; dados e análise; e síntese conclusiva.

Foi utilizada a **referenciação bibliográfica** automática do Microsoft Word 2010, de acordo com a norma Havard-Anglia 2008. O texto foi escrito conforme o **acordo ortográfico** Portugal-Brasil, convertido pelo corrector automático “Lince”.



CAPÍTULO I

FINALIDADE

Para quem, para quê, a que nível?

1. Revisão de literatura

a) Conceito de “Informações”

Na linguagem comum o termo “ informação” e o seu plural, “informações”, provêm da palavra latina “*informatione*” e constitui um substantivo feminino que significa conhecimento sobre alguém, ou alguma coisa suscetível de ser transmitido e guardado através de um determinado suporte e código (Texto Editora, 1999). Como se verá adiante nesta RL, os Serviços Secretos (SS) dos países são também designados por Serviços de Informações (SI) o que pode originar alguma confusão sobre a natureza desses serviços. As rádios, os jornais e as televisões são serviços que recolhem, processam e transmitem informação e poderiam desse modo ser designados por SI em termos absolutamente latos, mas não são, com certeza, Serviços Secretos do Estado. Assim importa clarificar o que são Serviços Secretos, ou Serviços de Informações numa conceptualização mais restrita e exata. Na literatura anglo-saxónica e francesa o termo utilizado para designar SI no sentido estrito de SS do Estado é respetivamente “*Intelligence*” e “*Renseignement*”. Consultados estes termos com recurso a dicionários disponíveis na INTERNET pôde concluir-se o seguinte significado:

- “*Intelligence – the collection of informations of militar or political value*” (Oxford Dictionaries, 2012);
- “*Renseignement - activité visant à acquérir et à tenir à jour la connaissance de l’ennemi ou des puissances étrangère*” (Larousse, 2012).

Ambas as definições acima encontradas são ainda assim muito abertas. Aliás, neste sentido, Mark Lowenthal² (2003 cit. por DCAF IWG, 2003, p. 5) referiu de forma bastante sintética que “...*hence, all intelligence is information; but not all information is intelligence*”.

² É um autor reconhecido na área das Informações e é professor adjunto na Escola Internacional e de Assuntos Públicos da Universidade de Columbia-EUA.



Também Robertson K. G³ (1987, pp. 47 - 48) define de forma absolutamente sintética *Intelligence* como: “...*the secret collection of someone else’s secret*”.

De acordo com Muller-Wille (2004)⁴ *Intelligence* corresponde à informação processada por Agências de Informação que servirá para ajudar um determinado responsável no seu processo de decisão, normalmente relacionada com aspetos políticos, de segurança e de defesa. Também refere que, as Informações têm características diferentes conforme respondem a diferentes necessidades, que vão das táticas às estratégicas (idem, p. 2).

Num artigo do *Think Tank* Suíço – *Geneva Centre for Democratic Control of Armed Forces* - é realizada uma definição sintética do conceito de Informações que se transcreve: “*state’s awareness and understanding of its strategic environment, gained by way of gathering and analysing secret and open-source information*” (DCAF, 2006, p. 1).

Para perceber os fins dos SI, em particular o SIM, torna-se necessário utilizar um elemento estruturante do MA que se consubstancia num critério que identificámos como o da “finalidade” o qual comporta os seguintes componentes:

- Para que servem os SIM?
- Para quem reportam os SIM?
- A que nível de necessidades respondem os SIM?

b) Quais os fins dos SI, em particular do SIM

Na área das Informações aparecem conceitos diversos sobre o que são Serviços de Informações e a conceptualização destes é relevante para se alcançar a sua finalidade. De acordo com as conclusões do Workshop realizado pela *Rand Corporation*, em junho de 2005, sobre o caminho para uma “*Theory of Intelligence*”, Informações⁵ são: “*uma atividade direcionada para a obtenção, processamento e difusão de informação que interessa ao Estado, conduzida de forma secreta por este, de forma a entender o ambiente em que se move, o que pode incluir a execução de ações clandestinas*” (Rand, 2006, p. 7). Neste *workshop* estiveram em debate duas visões diferentes do que é a atividade de Informações: a dos EUA que excluem das Informações todas as atividades que não estejam

³ Autor de diversas obras sobre Informações e académico reconhecido nos EUA.

⁴ Académico do Instituto para os Estudos de Segurança da União Europeia.

⁵ Informações – no sentido de *Intelligence, Renseignement*, será escrito a partir daqui com a letra “I” (i maiúsculo) para se distinguir de informações, plural de informação.



relacionadas com entidades estrangeiras; e outra, da maioria dos países, que consideram que as Informações englobam também a área da segurança interna incluindo certo tipo de atividades policiais.

Michael Warner⁶, um académico Norte-Americano, escreveu recentemente um artigo intitulado “*A definition of ‘intelligence’*” (2009, pp. 4-9) de onde se retirou a seguinte síntese da natureza e dos fins dos SI e que reflete, de alguma forma, a cultura democrática dos EUA na separação entre Informações e a atividade policial, que importa reter. Para Warner *Intelligence* é:

- O conhecimento atual e prospetivo sobre o mundo à nossa volta, essencial às decisões e ações do poder político, nem sempre disponível no domínio público, relacionado com as forças, recursos, capacidades e intenções de outros países que podem afetar as vidas e a segurança dos cidadãos do país;
- O conjunto formado pela agência que coleta informação, o processo de coleta, de análise e disseminação, assim como a própria informação;
- Dependente de fontes confidenciais para ser totalmente efetiva;
- Realizada por agentes do Estado para fins do Estado;
- Focada em entidades estrangeiras;
- Ligada à produção e disseminação de informação;
- Compreendida por ações que visam influenciar entidades e eventos externos por meios que não lhe possam ser atribuídos.

Realizando uma síntese de dois artigos do (DCAF IWG, 2003, pp. 5,6,30), (DCAF, 2006, p. 1) sobre os fins dos Serviços de Informação em regimes democráticos, podemos concluir que estes fins são genericamente os seguintes:

- Evitar surpresas estratégicas e providenciar capacidade de análise em áreas relevantes para a segurança do Estado;
- Providenciar conhecimento de longo prazo e aviso antecipado de crises iminentes através do discernimento das intenções de opositores atuais, ou potenciais;

⁶ Historiador no *Office of the Director of National Intelligence* tendo publicado diversos artigos sobre os serviços secretos



- Suportar o processo de decisão política, nomeadamente na área do planeamento de capacidades militares;
- Dar suporte às operações militares;
- Manter o segredo da informação, necessidades, fontes e métodos dos serviços próprios e aliados;
- Poder atuar de forma discreta, ou encoberta na promoção dos interesses próprios.

O Almirante Pierre Lacoste⁷, no seu livro *Services Secrets et Géopolitique* (Lacoste & Thual, 2001), afirma que para um Estado controlar e contrariar os objetivos de outros agentes exteriores tem que saber e compreender a sua envolvente. Assim, para ele, os Serviços de Informações operam com informação aberta e secreta combinando-a para obterem uma vantagem “assimétrica” sobre os adversários na compreensão do que está em causa e que para ser efetiva deve ser “dissimulada” à observação desse mesmo adversário (idem, pp. 19-21). De acordo com estes autores o modelo militar tem três níveis de pesquisa bem definidos: o estratégico ao nível das grandes decisões que envolvem a condução da guerra, o operacional ao nível do conjunto dos ramos e o tático ao nível da condução das unidades combatentes no terreno com células integradas nestas (idem, pp.51,52).

Ainda de acordo com o mesmo autor, as informações militares procuram conhecer o inimigo para poderem (idem, pp. 47-71):

- Exercer uma atividade prospetiva sobre o adversário o mais exata e exaustiva possível de modo a permitir a criação de uma doutrina de atuação - através do conhecimento das suas intenções, capacidades e cultura operacional;
- Conduzir as ações militares nas manobras ofensivas e defensivas - através do conhecimento posicional das forças adversárias, do seu estado e capacidade de combate, das suas redes nervosas (comando, controlo e comunicações) e da utilização da decepção, contrariando a decepção adversária.

Também, focado nas funções do SIM, retira-se do manual de Informações para operações conjuntas dos EUA (US JCS, 2007, p. I3), os seguintes propósitos gerais para as Informações Militares:

⁷ Foi Diretor Geral dos Serviços Secretos Exteriores Franceses (DGSE) de 1982 a 1985



As informações nas Forças Armadas Portuguesas – o passado, o presente e um modelo para o futuro

- Antecipar, ou prever situações futuras;
- Permitir avaliar os diferentes cursos de ação possíveis;

Destes propósitos, de acordo com a publicação supra referida, decorrem outros mais específicos que se explicitam:

- Informar e clarificar o comando no seu processo de decisão;
- Identificar, definir e nomear objetivos;
- Suportar o planeamento e a execução das operações
- Contrariar as ações de decesso e a utilização da surpresa pelo adversário;
- Suportar a decesso das forças próprias sobre o adversário;
- Avaliar os efeitos e resultados das ações e operações.

As informações, de acordo com o mesmo documento supra citado tem três níveis distintos de complexidade e de fins (idem, pp. I21-I23):

- Estratégico – atribuídas ao nível político, ou às hierarquias superiores das FFAA sobre temas relacionados com o desenvolvimento da estratégia nacional, da política internacional e do planeamento genético;
- Operacional – atribuídas normalmente a comandos conjuntos de áreas, ou teatros de operação alargados, tendo como alvo as capacidades e intenções dos opositores nos aspetos relevantes para a condução das campanhas militares. Focam-se também nos aspetos políticos, económicos e sociais nas campanhas de estabilização contra o terrorismo e a subversão;
- Táticas – concentram-se nos assuntos que dizem respeito aos combates e às unidades combatentes, como a deteção de posições e movimentações do inimigo, a decesso e contra decesso na zona de combate e as ameaças imediatas à proteção da força (surpresa, ações de sabotagem, terrorismo).

As necessidades táticas são maioritariamente respondidas por células endógenas às unidades militares, aos sensores destas unidades e à leitura do ambiente local, em rede, pelas unidades no terreno (Kennedy, et al., 1987, pp. 129-199).

De forma a clarificar melhor o que pode ser o nível estratégico das informações no âmbito militar socorremo-nos de dois autores portugueses: o Contra-Almirante Silva Ribeiro (Ribeiro, 2010 b, pp. 17-26), (Ribeiro, 2010 a, pp. 37-50) e o General Abel Cabral



Couto (Couto, 1988, p. 221) que defendem que o nível estratégico de decisão relaciona os objetivos políticos com o planeamento, quer este seja genético (capacidades), estrutural (organização), ou operacional (ações), ou seja “o que fazer” (política) com o “como fazer” (estratégia).

O quadro seguinte resume as missões e tarefas do SIM nos quatro países de referência, de acordo com as seguintes referências: EUA – (US JCS, 2007); (Defense Intelligency Agency (DIA), 2011 a); (The Washington Post, 2011); UK: (Ministry of Defence - MOD, 2011), (UK MoD, 2010); FR: (EM-FR, 2011); (FR Gov, 2008); NL - (KN, 2002); (SCISS, NL, 2006);

Tabela 2 – Quadro de missões e tarefas ⁸

Para quê (missões e tarefas consignadas)	Nível	EUA	UK	FR	NL
Contribuir para a definição da política e estratégia nacional.	E				
Apoiar o estabelecimento de políticas de Defesa.	E				
Apoiar as decisões sobre o emprego de Forças Militares.	E				
Monitorizar a situação internacional focada nas capacidades militares, identificando ameaças.	E				
Providenciar vigilância estratégica.	E				
Evitar surpresas estratégicas.	E				
Desencorajar conflitos.	E				
Identificar ameaças à estabilidade nacional (terrorismo internacional, proliferação de armas de destruição massiva).	E				
Identificar ameaças à segurança energética.	E				
Identificação de zonas de tensão étnica, política, religiosa que coloque em risco a estabilidade internacional e a ordem legal.	E				
Proporcionar aviso antecipado sobre crises emergentes.	E				
Apoiar programas de aquisição de material e os	E				

⁸ As letras “E”, “O”, “T “ na tabela são respetivamente os níveis Estratégico, Operacional e Tático.



necessários requisitos estruturais das forças.					
Desenvolver estratégia militar.	E				
Preparar para derrotar futuros adversários.	E				
Suportar a condução de operações.	O, T				
Identificar centros de gravidade dos adversários.	O, T				
Monitorizar acontecimentos na Área de Operações conjunta.	O, T				
Responder rapidamente em suporte das operações em crises, ou situações de elevado dinamismo.	O, T				
Providenciar os comandantes com informação sobre ameaças iminentes às suas Forças.	T				
Planear a condução das batalhas e combates.	O, T				
Providenciar aos comandantes identificação de obstáculos à sua missão e tarefas.	O, T				
Contribuir para a segurança das fronteiras e aproximações exteriores.	O, T				
Proteger a informação classificada.	O, T				
Colaborar na proteção de cidadãos nacionais.	O, T				

A tabela 3 resume as designações, dependências e entidades apoiadas pelos SIM nos EUA, UK, FR, NL.

Tabela 3 - Dependências para os países de referência (EUA, UK, FR, NL)

EUA	Referências:	(DIA, 2011 a); (DIA, 2011 b).
	Designação:	DIA – Defense Intelligence Agency.
	Depende:	Do departamento de defesa (DoD), através do secretário de Estado da Defesa e reporta diretamente ao Joint Chief of Staff (JCS). É chefiado por um Oficial General de 3 estrelas.
	Apoia:	Informa os Chefes dos Ramos. Suporta a estrutura da Defesa até ao nível tático.



UK	Referências:	(MOD, 2011).
	Designação:	Defence Intelligence Staff – DIS.
	Depende:	Está integrado no Ministério da Defesa através do Secretario de Estado da Defesa. Depende do Chefe do Estado-Maior de Defesa. É chefiado por um Oficial General de 3 estrelas.
	Apoia:	Chefes dos Ramos, a estrutura da Defesa até ao nível tático.
FR	Referências:	(EM-FR, 2011).
	Designação:	Directorate of Military Intelligence – DMI.
	Depende:	Ministério da Defesa através do CEMGFA.
	Apoia:	Os comandos operacionais, as autoridades políticas.
NL	Referências:	(NL Gov, s.d.).
	Designação:	Defense Intelligence and Security Service (DISS) em holandês: Militaire Inlichtingen en Veiligheidsdienst (MIVD).
	Depende:	Está integrado no Ministério da Defesa via Comandante das Forças Armadas.
	Apoia:	Ministério da Defesa, os comandos militares, outros serviços na área SIGINT.

Tendo em conta esta RL foi elaborada uma síntese geral, onde os diversos contributos foram convertidos em indicadores agrupados, sintetizados e arrumados nas questões quatro a seis do inquérito em anexo I. Esses indicadores constituem o MR para este critério finalidade e podem ser vistos de forma global, resumida e organizada, já com as respostas dos inquéritos incorporadas, nas tabela 4 e 5 seguintes.

2. Dados e análise

a) Para quem deve o SIM reportar e a que nível

A tabela 4 mostra as frequências das respostas ao inquérito por parte dos militares (Anexo I) e dos deputados da CDN, assim com as reais dependências do CISMIL, retiradas da entrevista ao responsável máximo deste organismo (ver anexo II).



Tabela 4 - Respostas do inquérito sobre as dependências do SIM e a que nível⁹

Para quem e a que nível	Estratégico			Operacional			Tático		
	M ¹⁰	D ¹¹	C ¹²	M	D	C	M	D	C
Governo	33	3		3			2		
MDN	38	4		9	1		2		
CEMGFA ¹³	27	1	X	43	4	X	12	2	
Comandos Operacionais	0			36	2	X	34	4	
Comandantes unidades	0			6			30	3	X

Dos resultados dos inquéritos percebe-se que uma larga maioria de militares e de deputados consideram adequado atribuir o nível estratégico das informações ao poder político (MDN, ou governo).

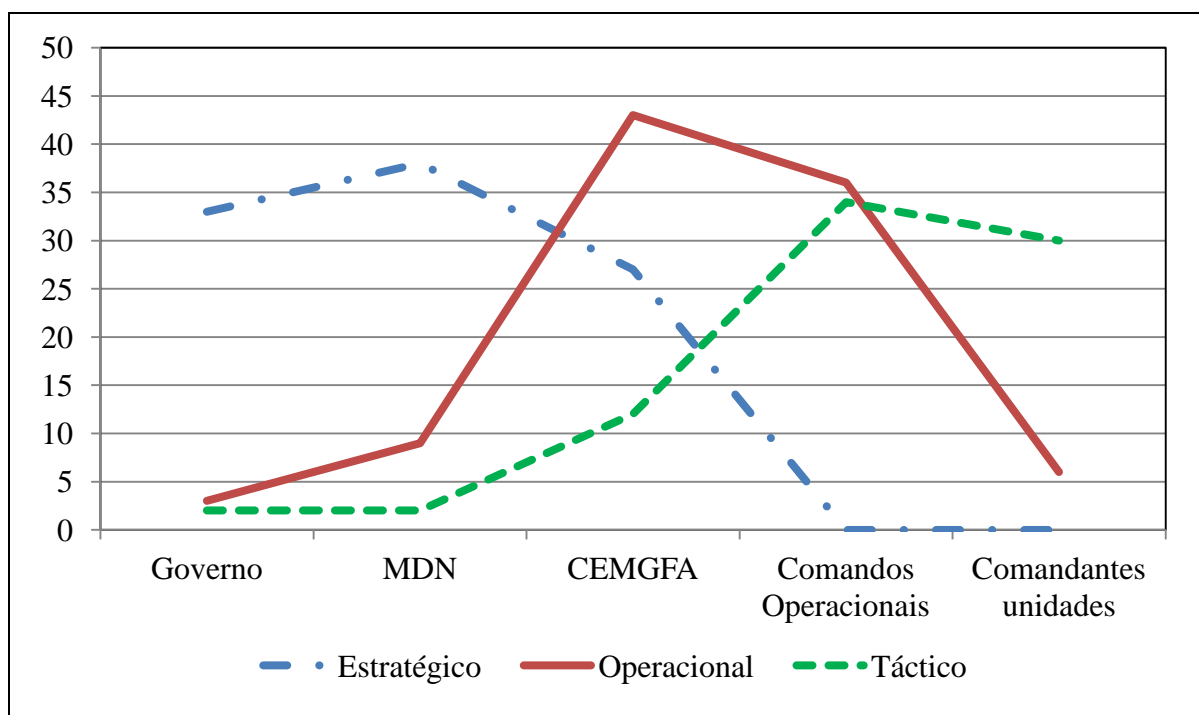


Figura 2 - Frequência de respostas inquérito aos militares

⁹ O quadrado a vermelho carregado representa o MR.

¹⁰ Inquérito realizado a 60 Militares.

¹¹ Inquérito enviado para os Deputados da Comissão Parlamentar de Defesa, tendo-se obtido 6 respostas.

¹² CISMIL., o X significa o nível em que opera.

¹³ Chefe do Estado-maior General das Forças Armadas.



A atribuição do nível estratégico das informações de natureza militar ao poder político remeterá o CEMGFA (de quem depende o SIM Português) para o papel de um comandante operacional conjunto.

No nível operacional, as respostas inclinam-se para uma dependência do CEMGFA, havendo contudo um número significativo de militares que coloca esse nível de informações nos Comandos Operacionais, pois estes actuarão nesse nível quando executam operações complexas, temporal e espacialmente alargadas.

Ao nível tático, as frequências das respostas distribuem-se pelos comandos operacionais e unidades táticas. Esta dupla dependência também existe de alguma forma nos modelos de referência, pois as fronteiras dos níveis não sendo bem definidas requerem uma aproximação flexível.

Os deputados atribuem maioritariamente o nível operacional das informações ao CEMGFA corroborando uma visão do EMGFA enquanto comando operacional conjunto.

A figura três relaciona o nível de atuação do CEMGFA com as respostas dos inquéritos e entrevista.

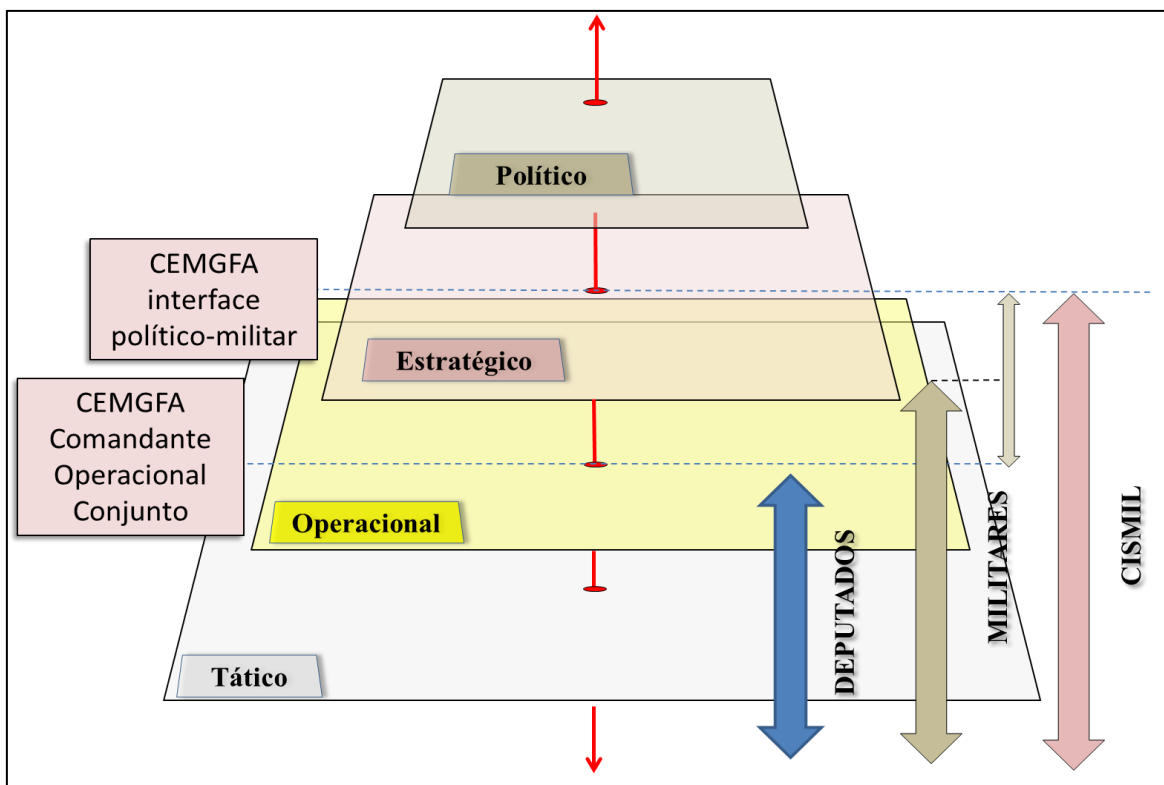


Figura 3 – Relação dos níveis atuação com as respostas



Um SIM, dependendo do CEMGFA, deverá operar até ao nível de intervenção deste, daí a importância desta conceptualização pela relação que tem com o próprio papel desta entidade militar.

Constata-se no entanto pela entrevista em anexo II, realizada ao responsável máximo do CISMIL, reflectido na tabela 4, que o CISMIL atua até ao nível estratégico. Este facto reflecte o entendimento atual do MDN sobre o papel que o CEMGFA desempenha.

b) Missões e tarefas que o SIM deve realizar e a perceção do que é, ou não realizado pelo CISMIL

As respostas a este inquérito [tabela 5], processadas por frequências acumuladas, mostram uma concordância geral dos militares e dos deputados com a lista de missões e tarefas do MR, reforçada pela análise das médias e desvios padrão observáveis no Anexo I. Retira-se da análise de concordância com os diversos indicadores desta componente (missões e tarefas), que a segregação por subgrupos da amostra (militares que participaram nas FND e parte superior do escalão das antiguidades) não altera significativamente a média, ou o desvio padrão, o que confere a estes resultados uma elevada coerência e consequentemente credibilidade, enquanto representação mental do escalão superior de comando das FFAA.

Tabela 5 - Respostas do inquérito sobre missões e tarefas do SIM

MR - Missões e tarefas (Para quê)		Nível	Mil ¹⁴		Dep ¹⁵		CISMIL ¹⁶
			3	4	3	4	
Níveis de concordância iguais ou superiores a:							
i.	Evitar surpresas estratégicas identificando ameaças militares de segurança e energéticas, antecipando crises emergentes.	E	91,7	65,0	66,7	33,3	
ii.	Providenciar vigilância estratégica sobre capacidades com fins militares imediatos, ou potenciais.	E	85,0	60,0	66,7	16,7	M

¹⁴ Frequências acumuladas em %, da opinião dos militares, com um nível de concordância igual ou superior (3, 4).

¹⁵ Frequências acumuladas em %, da opinião dos deputados, com um nível de concordância igual ou superior (3, 4).

¹⁶ Grau de atividade do CISMIL – M – realiza de forma moderada, C – é uma das componentes essenciais, retirada da entrevista com o responsável máximo do organismo, em Anexo II.



iii.	Vigiar potenciais adversários, ou ameaças à segurança e defesa nacional.	E	90,0	68,3	66,7	33,3	M
iv.	Vigiar Estados, Forças, ou entidades que possam colocar em risco a estabilidade regional, ou mundial.	E	71,7	40,0	50,0	16,7	M
v.	Identificar oportunidades no ambiente Internacional para avançar na ordem militar com os interesses nacionais.	E	78,3	45,0	33,3	0,0	
vi.	Suportar o planeamento militar de longo prazo (material, pessoal, organização, emprego, alianças).	E	80,0	60,0	83,3	33,3	M
Média das médias dos itens de nível estratégico			3,57				
vii.	Suportar operações militares em curso.	O	96,7	83,3	100,0	83,3	C
viii.	Vigiar as fronteiras dos espaços nacionais (terrestres, aéreos, marítimos) contra ações prejudiciais de outros Estados e ou agentes não-estatais (redes de crime organizado, terrorismo, todo tipo de tráficos).	T	76,7	56,7	33,3	16,7	
ix.	Proteger as Forças próprias contra ataques de surpresa.	T	91,7	75,0	100,0	50,0	C
x.	Evitar a deceção de entidades opositoras.	O,T	86,7	55,0	83,3	0,0	
xi.	Induzir a deceção em adversários, ou potenciais adversários na proteção dos interesses e Forças nacionais.	O,T	81,7	48,3	83,3	33,3	
xii.	Garantir a segurança das operações e da informação classificada, nomeadamente através da proteção documental e das ações de contra-espionagem.	O,T	90,0	76,7	66,7	50,0	M
xiii.	Executar ações que contribuam para a segurança de cidadãos nacionais quando ameaçadas por forças exógenas ao país.	O,T	86,7	61,7	50,0	33,3	
Média das médias dos itens de nível tático-operacional			3,82				

Constata-se na tabela 5 que os militares mostram uma elevada concordância com as missões e tarefas do MR, nomeadamente nas de natureza estratégica, o que é parcialmente contraditório com a elevada atribuição do nível estratégico das Informações ao MDN/Governo que se pôde constatar na questão anterior [tabela 4].



Apesar de, face ao número diminuto de respostas dos deputados, as médias e os desvios padrão não terem significado estatístico, poder-se-ão tirar algumas conclusões das frequências acumuladas disponibilizadas na tabela 5. Analisando ao pormenor as respostas dos deputados, frequências acumuladas e dispersão das observações (ver anexo I, pergunta 5, 1ª parte), verifica-se existir uma concordância significativa com o MR, com as exceções assinaladas nas células sombreadas da tabela 5.

Estas exceções evidenciam eventualmente questões relacionadas com as zonas cinzentas entre segurança interna *vs* externa (alínea xiii), informações militares *vs* foro policial (alínea viii). Nota-se também uma tendência para excluir do foro das atribuições do SIM, as áreas estratégicas de maior abrangência (alínea iv), ou interventivas (alínea v). Esta última questão poderá ser visualizada na figura quatro e remete para um problema da atual arquitetura da CI, que será tratado no capítulo IV, que é a convivência de dois SI que operam na área da Defesa, o CISMIL e o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, o SIED.

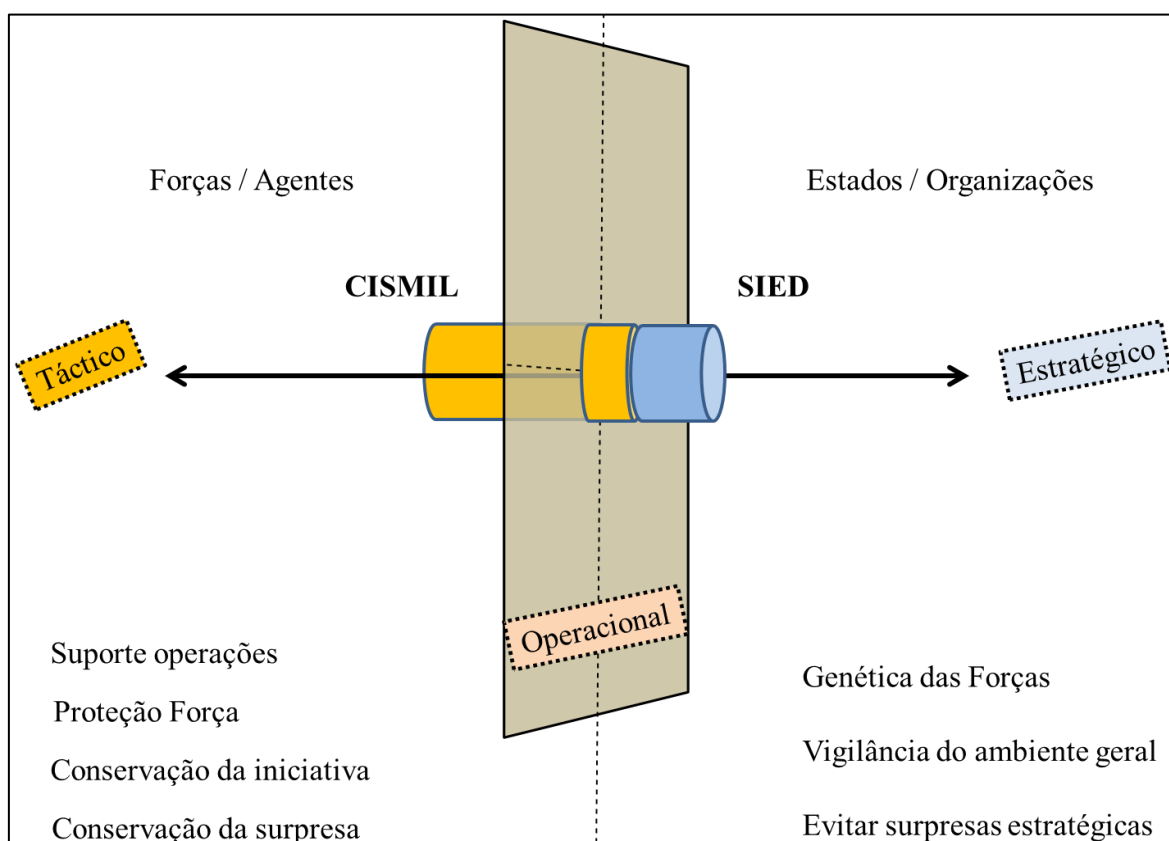


Figura 4 – SIED x CISMIL no eixo táctico-estratégico

Os dados sobre a atividade do CISMIL dispostos na tabela 5, foram recolhidos da entrevista realizada ao responsável máximo deste organismo (ver Anexo II). Constatou-se que este SIM, tem o seu maior foco de empenhamento nas áreas táctico-operacionais



relacionadas com as missões da componente terrestre, apoiando de forma limitada o processo de decisão do CEMGFA ao nível estratégico. Mesmo ao nível tático, face às limitações evidenciadas do domínio das línguas locais (Farsi, Árabe, Pastun), as funções desempenhadas pelas células do CISMIL no Afeganistão, serão mais as de ligação às células de informação da coligação e de *staff* à força destacada. Uma parte significativa das missões e tarefas do MR não são tratadas pelo CISMIL, conforme se poderá verificar da tabela 5.

Relativamente à quantidade de “informação recebida do CISMIL”, as médias encontram-se todas abaixo do nível um de concordância (ver anexo I, quinta questão, segunda parte), o que demonstra de forma inequívoca que este organismo não responde às necessidades de informações discriminadas na tabela 5, conforme se pode constatar na figura cinco. Releva ainda o facto de terem respondido ao inquérito 32 militares que participaram recentemente em FND, a maioria com funções de comando.

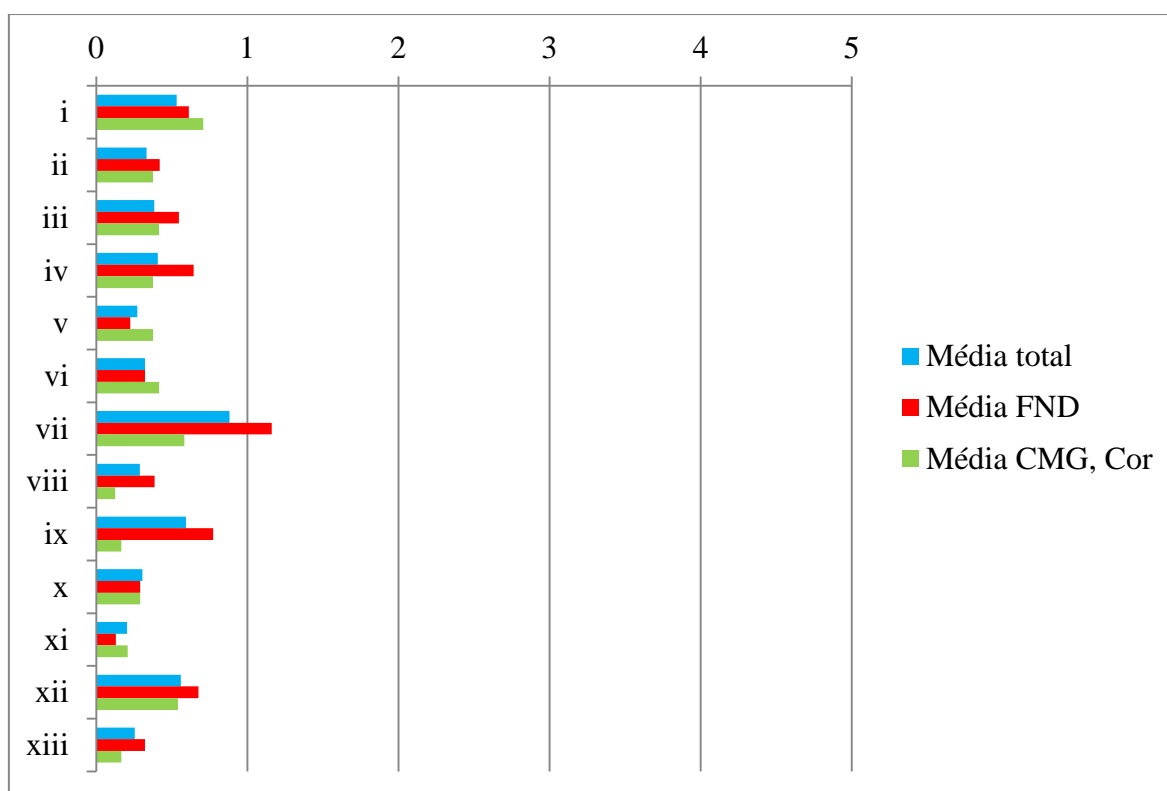


Figura 5 – Comparação de médias segregadas – Quantidade de informação recebida do CISMIL

3. Síntese conclusiva

Tendo em consideração que as amostras seleccionadas dos militares e deputados atribuem, por larga maioria, as funções estratégicas das informações de natureza militar ao poder político (MDN, governo) e não ao CEMGFA, conclui-se que esta entidade é vista



por esses dois públicos-alvo enquanto comandante conjunto das Forças Armadas (FFAA) e não operando como interface político-militar a um nível estratégico.

Os deputados, nas suas respostas, mostraram reticências nas missões e tarefas que possam cair nas zonas cinzentas da segurança interna vs externa, das informações militares vs foro policial e nas áreas estratégicas de maior abrangência.

O MR da tabela 5 foi validado pelos inquiridos, mesmo com algumas reticências do deputados, podendo extrair-se as seguintes missões e tarefas para um SIM do século XXI:

- Vigiar o ambiente internacional de forma a prevenir surpresas estratégicas com incidência militar que resultem da desestabilização da ordem internacional, da desestruturação de outros Estados, de ideologias e fanatismos, ou da competição entre Estados pela supremacia ou recursos;
- Suportar o planeamento militar na área genética, estrutural e operacional;
- Suportar a condução das operações, a todos os níveis, contribuindo para a proteção das próprias forças, para o conhecimento situacional da zona de conflito e para a aquisição de uma vantagem decisiva sobre o opositor, ou inimigo.
- Suportar as operações de informação que permitam conferir uma melhor proteção aos cidadãos nacionais quando ameaçados por forças exógenas ao país.

Muito significativas foram as respostas dos militares à quantidade de informação recebida do CISMIL, por tipos de missão/tarefas. As respostas não deixaram qualquer margem para dúvida. Atualmente o CISMIL não consegue responder cabalmente às necessidade de informações das FFAA.

Assim, considera-se cabalmente respondida a H1.



CAPÍTULO II

DIRECCIONALIDADE

Sobre quem, sobre o quê?

1. Revisão da literatura

O campo de pesquisa de um determinado Serviço de Informações está necessariamente relacionado com a sua natureza e finalidade. A necessidade de estruturar a pesquisa num MR [Anexo I – pergunta 6, 7], levou-nos a criar o critério de “Direccionalidade” que exprime a orientação dada à pesquisa percebido através de dois componentes complementares:

- Os alvos da pesquisa;
- A natureza da informação que se pesquisa nos alvos, ou domínios de análise;

Como referido anteriormente, a relação dos fins com os alvos e a natureza do que se pesquisa é muito forte e é um indicador concreto destes últimos. Deste modo pode-se deduzir dos fins (capítulo I) que os “alvos” de pesquisa dos SIM são:

- Os Estados adversários, ou potencialmente adversários que coloquem em risco interesses nacionais e a estabilidade internacional;
- Todo o tipo de forças, regulares (exércitos inimigos, ou beligerantes em confronto) e não regulares (beligerantes, agentes, insurgentes, terroristas, crime organizado, pirataria) que impeçam, prejudiquem, ou coloquem em perigo as missões ou a segurança das forças militares próprias a atuar no estrangeiro, ou sejam considerados vetores exteriores de infiltração em território nacional;
- Empresas, institutos e centros de desenvolvimento tecnológico e de armamento que permitam perceber o potencial de adversários, ou servir de suporte à própria aquisição de armamento e capacidades militares.

Das referências indicadas e como base nos alvos de pesquisa da DIA - EUA¹⁷, do DIS - UK¹⁸, da DMI - FR¹⁹ e da MIVD - NL²⁰ elaborou-se a tabela 6.

¹⁷ (DIA , 2011 a), (Kibbe, 2004), (US JCS, 2007), (WP, 2011)

¹⁸ (UK MOD, 2011)

¹⁹ (FR Gov, 2006), (FR Gov, 2008)



Tabela 6 – Alvos da pesquisa dos SIM nos EUA, UK, FR, NL

Atividade realizada fora das fronteiras nacionais	EUA	UK	FR	NL
Estados/Organizações				
Estados adversários e outros Estados, ou organizações que os suportem.				
Estados, grupos, ou organizações que promovam tensões étnicas, políticas, religiosas e económicas que coloquem em risco a estabilidade internacional e a ordem legal.				
Forças / Agentes				
Forças militares estrangeiras.				
Beligerantes, insurgentes, forças subversivas, paramilitares.				
Agentes dos Serviços de Informações estrangeiros, ou outros que se queiram infiltrar no país e ou nas organizações nacionais, ou recrutar elementos para realizarem ações de espionagem, sabotagem e subversão contra o Estado de direito.				
Terroristas.				
Traficantes de estupefacientes.				
Traficantes de armamento convencional.				
Angariadores e facilitadores de imigração ilegal.				
Piratas.				
Agentes envolvidos na proliferação de armamento de destruição massiva.				
Piratas informáticos, ou agentes de <i>Cyberwarfare</i> .				
Base Industrial e tecnológica				
Indústria, Universidades, institutos de defesa, etc.				

A tabela anterior proporciona uma lista de referência dos alvos normalmente atribuíveis aos SIM. Existe no entanto a necessidade de explorar também a natureza da

²⁰ (KN, 2002), (SCISS, NL, 2006)



informação procurada. Analisando as referências bibliográficas sobre os SIM dos EUA²¹, UK²², FR²³, NL²⁴ construiu-se a seguinte tabela de referência:

Tabela 7 – Natureza do que se pesquisa nos alvos pelos SIM dos EUA, UK, FR, NL

Natureza dos alvos a pesquisar	EUA	UK	FR	NL
Capacidades e informações sobre forças militares em geral.				
Sobre organizações e atividades terroristas, insurgentes e ou subversão.				
Actividades de espionagem, ou afins, conduzidas por agentes estrangeiros em território nacional.				
Movimentos de armamento de destruição massiva.				
Atividade relacionadas com o crime organizado transnacional (droga, imigração, armamento convencional).				
Tipo de táticas, de armamento e explosivos improvisados das redes de insurgentes e terroristas.				
Efeitos de operações de Informação.				
Estudos económicos e da capacidade tecnológica e Industrial relacionados com a Defesa.				
Perfis psicológicos e outros fatores humanos.				
Atividades de Cyberwarfare.				
Informação sobre funcionários do Estado para efeitos de escrutínio de segurança.				

2. Dados e análise

As tabelas seguintes (8 e 9), elaboradas pelo cruzamento dos fins dos SIM, apurados no capítulo I, com as tabelas 6 e 7 que resultaram da RL, correlacionam todos os dados recolhidos para os indicadores dos componentes alvos e natureza. As próprias tabelas (8 e 9) constituem a parte do MR para o critério direccionalidade. A atividade do CISMIL sobre estas componentes resulta dos dados recolhidos na entrevista com o responsável máximo deste organismo, em Anexo II.

²¹ (DIA , 2011 a), (Kibbe, 2004), (US JCS, 2007), (WP, 2011)

²² (UK MOD, 2011), (ISC, 2011)

²³ (FR Gov, 2006), (FR Gov, 2008)

²⁴ (KN, 2002), (SCISS, NL, 2006)



Analisando os resultados para a componente alvos dos inquiridos em Anexo I (médias, desvios padrão) e as frequências acumuladas para os militares e para os deputados na tabela 8, verifica-se uma elevada concordância com todos os itens do MR, não existindo diferenças significativas nos subgrupos da amostra, nos militares.

Tabela 8 – Síntese dos dados dos indicadores da componente - Alvos

MR - Alvos da pesquisa do SIM (Quem)		Mil ²⁵		Dep ²⁶		CISMIL ²⁷
Níveis de concordância iguais ou superiores a:		3	4	3	4	
Estados / Organizações						
i.	Estados vizinhos, ou com interesses cruzados nos espaços de interesse nacional permanente.	86,4	64,4	66,7	50,0	M
ii.	Estados com interesses conflitantes com os interesses Portugueses.	95,0	80,0	83,3	66,7	M
iii.	Estados com diásporas portuguesas.	85,0	51,7	83,3	66,7	M
iv.	Estados cruciais para a estratégia da Defesa Nacional (aliados, concorrentes, potencialmente hostis, hostis).	91,7	80,0	83,3	83,3	M
v.	Organizações internacionais com interesses cruzados com os interesses nacionais.	86,4	59,3	66,7	0,0	M
vi.	Estados e organizações relacionadas com o contrabando de armas e ou envolvidos na proliferação de armas de destruição massiva.	91,5	72,9	66,7	33,3	
Forças / Agentes						
vii.	Forças militares estrangeiras.	75,	41,7	50,0	33,3	
viii.	Forças militares beligerantes nos teatros de operações (TO).	95,0	90,0	83,3	83,3	C
ix.	Insurgentes nos TO.	96,7	85,0	100	83,3	C

²⁵ Frequências acumuladas em %, da opinião dos militares, com um nível de concordância igual ou superior (3, 4).

²⁶ Frequências acumuladas em %, da opinião dos deputados, com um nível de concordância igual ou superior (3, 4).

²⁷ Grau de atividade do CISMIL – M – realiza de forma moderada, C – é uma das componentes essenciais, retirada da entrevista com o responsável máximo do organismo, em Anexo II.



x.	Agentes de outros Estados a operar em território nacional, ou em áreas de interesse nacional.	88,3	73,3	83,3	33,3	
xi.	Organizações terroristas/terroristas.	93,1	75,9	66,7	50,0	M
xii.	Crime organizado transnacional, nos espaços marítimos e aéreos de jurisdição nacional, relacionados com a imigração ilegal, tráfico de estupefacientes, droga, tráfico de armamento e trânsito, ou depósito, de substâncias químicas fortemente nocivas e ou poluentes.	86,7	63,3	50,0	50,0	
xiii.	Pirataria marítima.	85,0	70,0	83,3	66,7	
xiv.	Pirataria informática de contorno transnacional, nomeadamente a promovida por Estados no âmbito da Cyberwarfar.	90,0	70,0	83,3	66,7	
Base Industrial e tecnológica						
xv.	Organismos que se dedicam ao desenvolvimento de capacidades e tecnologias com aplicação militar.	83,3	66,7	66,7	16,7	
xvi.	Empresas ligadas à indústria militar nacional e internacional com envolvimento em Portugal, ou em áreas de interesse nacional.	86,7	61,7	50,0	33,3	
xvii.	Representantes de empresas com interesses na venda de armamento em Portugal.	76,7	51,7	50,0	33,3	

Nas respostas dos deputados na tabela 8, podem perceber-se algumas exceções marcadas com as respetivas células a sombreado. A dispersão das respostas nas “Forças militares estrangeiras...” (alínea vii) não se compreende por parecer evidente a necessidade numa perspetiva prospetiva das informações militares. Nos alvos de natureza policial, “crime organizado...” (alínea xii), nota-se uma dispersão de opiniões, eventualmente reflexo das questões entre segurança interna vs externa, ou militar vs policial como já anteriormente referido. A dispersão das respostas no indicador sobre “Empresas ligadas à indústria militar nacional” (alínea xvi e xvii) poderá revelar o entendimento que estes assuntos não são da esfera militar, mas quanto muito policial.



Relativamente à atuação do CISMIL nota-se a incidência sobre os alvos táticos relacionados com os cenários de atuação no Afeganistão e uma preocupação com alguns níveis estratégicos, eventualmente no sentido de manter o CEMGFA informado nessas áreas. Percebe-se que o CISMIL está mais vocacionado para o ambiente terrestre e não cobre parte significativa dos alvos do MR.

Sobre a natureza da informação a pesquisar existe um elevado consenso entre os militares e deputados nos inquéritos realizados, conforme se poderá constatar na tabela seguinte não existindo nada a realçar.

No caso da natureza das informações pesquisadas pelo CISMIL nota-se o foco tático e alguma incapacidade na área mais recente da Cyberwarfare.

Tabela 9 – Síntese dos dados sobre a natureza da informação que se pesquisa

MR – Natureza da informação (O quê)		Mil ²⁸		Dep ²⁹		CISMIL ³⁰
	Níveis de concordância iguais ou superiores a:	3	4	3	4	
i.	Interesses e intenções.	96,7	85,0	100,0	100,0	M
ii.	Cultura, doutrina e organização.	96,7	70,0	83,3	50,0	M
iii.	Modo de operação e táticas.	93,3	85,0	100,0	100,0	C
iv.	Estado de preparação e de prontidão.	95,0	85,0	100,0	100,0	M
v.	Recursos humanos, materiais, financeiros e capacidades logísticas.	95,0	80,0	100,0	66,7	M
vi.	Capacidades tecnológicas.	96,7	81,7	83,3	50,0	M
vii.	Capacidades associadas ao armamento disponível.	95,0	83,3	83,3	83,3	C
viii.	Posicionamento, movimentações, ações.	95,0	85,0	83,3	83,3	C
ix.	Redes de comando e controlo, tecnologias de informação (TI) e comunicações.	96,7	86,7	83,3	66,7	M
x.	Redes de contactos e ligações relacionadas com a atividade sob observação.	98,3	81,4	100,0	83,3	M
xi.	Capacidades em Cyberwarfare.	96,7	85,0	100,0	83,3	

²⁸ Frequências acumuladas em %, da opinião dos militares, com um nível de concordância igual ou superior (3, 4).

²⁹ Frequências acumuladas em %, da opinião dos deputados, com um nível de concordância igual ou superior (3, 4).

³⁰ Grau de atividade do CISMIL – M – realiza de forma moderada, C – é uma das componentes essenciais, retirada da entrevista com o responsável máximo do organismo, em Anexo II.



xii.	Avaliação dos efeitos das operações realizadas.	91,7	71,7	83,3	66,7	M
xiii.	Perfis psicológicos dos potenciais opositores.	96,7	73,3	66,7	66,7	M

A figura seis ilustra uma conceptualização possível dos atores e meios de ação que actuam no ambiente internacional. A área típica, apesar de não exclusiva, de actuação dos SIM é na zona do *hard power*. Esta conceptualização ajuda a perceber os “alvos” utilizando o MR da tabela 8, os conceitos de *hard power/soft power* de Nye (2006) e a divisão da ameaça em função da origem, externa vs interna descrita no conceito estratégico de defesa nacional (RCM nº 6/2003, 2003).

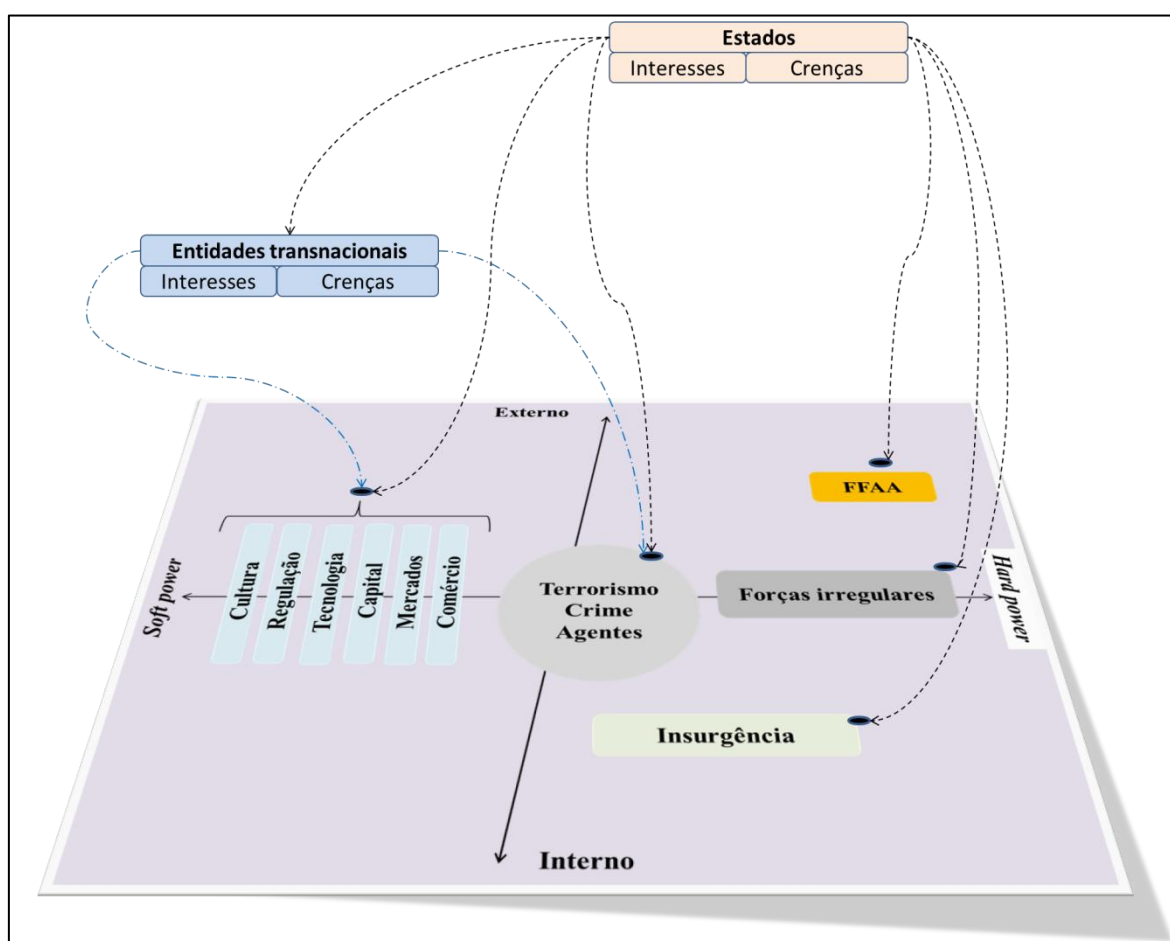


Figura 6 - Conceptualização multidimensional dos alvos

A partir da conceptualização anterior poder-se-á compreender a natureza multidimensional do campo de observação de um SI, numa matriz alvos vs informação desejada, e as zonas cinzentas de fronteira. A indefinição resultante e que ficou patente nas respostas dos deputados, resulta eventualmente de uma visão unidimensional de uma realidade multidimensional. As visões unidimensionais tendem a analisar o problema numa



perspectiva limitada, como a geográfica (segurança interna vs externa), ou de competências técnicas (militar, policial, económico, etc), ou outras. Este assunto voltará a ser abordado em maior profundidade no capítulo IV.

3. Síntese conclusiva

Conclui-se da análise dos dados as seguintes evidências:

- Que existe uma elevada concordância dos militares inquiridos quanto à lista de alvos do MR da tabela 8
- Que os deputados mostraram uma concordância geral com os militares sobre os alvos de pesquisa, notando-se no entanto reticências sobre aqueles que possam estar nas zonas de fronteira segurança interna vs externa e foro militar vs policial.
- Que sobre a natureza do que se pesquisa existe um alinhamento total de todos os intervenientes e em conformidade com o MR da tabela 9;
- Que o CISMIL se foca essencialmente em duas vertentes, a mais forte ligada às unidades táticas da componente terrestre e a outra mais estratégica, ligada ao topo da hierarquia militar. No entanto não cobre alvos considerados cruciais pelos militares e nem a totalidade da lista de referência dos outros SIM, sendo a área da Cyberwar um caso específico disso.

Conclui-se assim que a H2 foi totalmente validada.



CAPÍTULO III

MODALIDADE

Como: com que técnicas, com que tipos de operação?

1. Revisão da literatura

a) Introdução

Para se perceber como desenvolvem os Serviços de Informação a sua atividade e o que os individualiza necessariamente de outros organismos que trabalham também a informação, como por exemplo os *media*, foi encontrada uma dimensão de análise, a “Modalidade”, com dois componentes que importa perceber:

- As técnicas de recolha e processamento de informação;
- Os tipos de operação.

b) As técnicas de recolha e processamento da informação;

No artigo do Centro de Estudos de Genebra – DCAF (2006, pp. 1,2) o processo e modos como atuam os Serviços de Informação da matriz Ocidental e democrática foram identificadas como sendo caracterizados da seguinte forma:

- O planeamento compreende:
 - A geração da necessidade vinda do setor político-executivo, legislativo, ou da própria agência;
 - A definição dos dados necessários e relevantes para a produção da informação, incluindo a priorização das necessidades e assuntos;
 - A identificação dos alvos;
- A colheita - através de um dos seguintes métodos:
 - Informação aberta – *Open Source Intelligence* (OSINT) - *media* e jornais académicos;
 - Informação baseada em fontes humanas – *Human Intelligence* (HUMINT) – informação recolhida por agentes, desertores, diplomatas, interrogatórios, contactos humanos;



- Informação recolhida por meios técnicos – *Technical Intelligence* (TECHINT) – dados e informação produzida por interceção eletrónica (radio, micro-ondas, radar, emissões eletromagnéticas, comunicações, telemetria, instrumentos que emitam sinais, criptologia, imagens, redes de computadores);
- O processamento – consiste na transformação dos dados brutos em informação pronta para análise;
- A análise – transforma a informação recolhida num produto lógico, credível, relevante e explicativo;
- A disseminação - consiste na distribuição da informação por quem a pediu, ou a quem possa interessar dentro do sistema de decisão do Estado.

A doutrina dos EUA nesta área, vertida no manual JP2 - *Doctrine for Intelligence Support to Joint Operations* (2007, pp. I-7) refere exatamente o mesmo ciclo supra descrito.

De acordo com o Almirante Lacoste no livro *Services Secrets et Géopolitique* (2001, pp. 47-71), o ciclo das Informações militares é relativamente rígido e dirigido sendo composto pelas seguintes fases:

- Orientações para a pesquisa – que procurará dar respostas às questões e necessidades de informação das chefias militares ao nível estratégico, operacional e tático;
- Pesquisa propriamente dita – utilizando todos os meios disponíveis: fontes humanas, grupos militares de exploração, fontes encobertas e técnicas de observação e meios sofisticados de interceção eletrónica;
- A estima do valor das informações recolhidas - realizada por oficiais treinados em técnicas de análise, de síntese e comparação, baseado muito na sua experiência anterior e na memória da organização;
- Fornecimento de informação tratada à autoridade que requereu a informação - através de um canal aberto de diálogo e confiança entre os intervenientes, que reorientará o esforço de pesquisa.

Christopher Andrews, Richard J. Aldrich e Wesley K. Wark (2009), reconhecidos académicos e especialistas na matéria, concordam com os ciclos já referidos, mas levantam as seguintes questões:



- O fluxo das Informações, do planeamento à recolha, num mundo fluido e com tempos de reação curtos, nem sempre ocorre de acordo com o ciclo tradicional (planeamento de necessidades, recolha, processamento, análise e difusão), havendo diversos curto-circuitos no processo e saltos no ciclo;
- Que o acesso direto à informação através de bases de dados, ou mecanismos informais de relato de informação ainda não processada alteram o ciclo;
- Que os próprios Serviços de Informação que deviam ser produtores de informação (coletores), ao desenvolverem eles próprios operações (caçadores) tornando-se conseqüentemente consumidores da informação produzida;
- Que o ciclo pode ser condicionado, como já aconteceu (caso da suposta capacidade nuclear de Saddam Hussein), por necessidade de justificação política, não produzindo conseqüentemente a melhor informação.

Andrews, Aldrich e Wark (2009), referem que a recolha de informação tem duas naturezas, as que são obtidas por fontes abertas e as obtidas de forma encoberta e que existem duas técnicas básicas, as que recorrem aos seres humanos e às relações interpessoais, e as que recorrem a sensores não humanos, ou recolha tecnológica. Apontam também para a tendência crescente dos Serviços de Informação trabalharem de forma cooperativa, quer internamente, quer com outras agências estrangeiras, para poderem responder às novas ameaças transnacionais como sejam o terrorismo e o crime organizado.

Uma outra referência do Institute for Security Studies da União Europeia (Muller-Wille, 2004, p. 8), categoriza as Informações de acordo com os meios de recolha:

- HUMINT – Recolhida por fontes humanas;
- IMINT – Toda a informação baseada em imagens quer os meios de recolha sejam câmaras fotográficas, vídeos, radares, ou outros dispositivos;
- SIGINT – Informação baseada em todo o tipo de interceções eletrónicas ativas do alvo.

Na tabela seguinte listam-se as diversas técnicas retiradas das seguintes referências: EUA (US JCS, 2007, pp. I-5), (DIA, 2011 a); UK (UK MOD, 2011); FR (EM-FR, 2011), (FR Gov, 2008); NL (NL Gov, s.d.).



Tabela 10 – Técnicas de pesquisa de informação usadas pelos SIM

Técnicas usadas pelos SIM	Definições	EUA	UK	FR	NL	
HUMINT	Recolhida por fontes humanas;	X	X		X	TÉCNICAS RECOLHA
SIGINT	Recolhida por sensores electromagnéticos que se subdivide em:	X				
• COMMINT	Interceção de comunicações via radiofrequências;	X				
• ELINT	Interceção de sinais electrónicos de sensores activos (ex: radares) da fonte a ser pesquisada;	X	X - SIGINT		X - SIGINT	
FISINT	Interceção de sinais electrónicos de instrumentos de medida estrangeira;		X - TECHNIQUES		X - SIGINT	
MASINT	Recolha de irradiações diversas das fontes pesquisadas, como por exemplo radiação nuclear, dados geofísicos, espectros rádio, radar, etc;	X		X		
IMINT	Toda a informação baseada em imagens por câmaras fotográficas, vídeos, radares, ou outros dispositivos;	X	X		X	
OSINT	Informações obtidas de fontes abertas;	X	X			
GEOINT	Informações com base em recolha geo-espacial;	X				
TECHINT	Informação de base tecnológica;	X				
Counter Intelligence	Contra-espionagem;	X			X	ACTIVIDADES
CYBERWAR	Técnicas e actividades associadas às redes informáticas.			X		

c) Os tipos de operação

Existe um elevado consenso na tipologia dos modos/tipos de operação entre diversos autores (Robertson, 1987, pp. 47-48), (Warner, 2009, pp. 4-9), (Lacoste & Thual, 2001, pp. 19-21) e *Think Tanks* (DCAF IWG, 2003, pp. 5,6), (Rand, 2006, p. 7) que se pode resumir nos seguintes termos:

- Os SI desenvolvem uma actividade secreta por natureza, não divulgando as fontes, os meios, os recursos humanos e as capacidades;
- Existem basicamente três modos de operação:
 - Recolha aberta;
 - Recolha encoberta;
 - Realização de acções e actividades que visam influenciar eventos externos de forma encoberta.



No artigo do Centro de Estudos de Genebra – DCAF (2006, pp. 1,2) os modos como atuam os SI da matriz Ocidental e democrática foram identificadas como sendo:

- Contraespionagem focada em prevenir a ação de agentes estrangeiros de cometerem espionagem, subversão e sabotagem contra o Estado. Estas atividades podem ser passivas – inquéritos, vetos de acesso a informação classificada e vigilância de agentes estrangeiros, mas também podem ser ofensivas no sentido de penetrar organizações adversárias, enganar, romper, ou manipular;
- Ações encobertas para influenciar eventos políticos, económicos e militares no estrangeiro sem serem reconhecidas como ações realizadas pelo Estado percursor. Algumas destas ações incluem, sem se limitarem a:
 - Propaganda;
 - Suporte de fações militares e ou políticas;
 - Assistência a governos estrangeiros;
 - Disrupção de atividades ilegais em território estrangeiro.

Ainda de acordo com o mesmo artigo, em países com diversos SI integrados numa CI, as ações encobertas são realizadas pelos serviços de Informações Exteriores.

Sobre as atividades encobertas, Neil Livingstone³¹ (1982, p. 162) e Marina Caparini³² (2007) defendem, em artigos diferentes, que estas ações devem ser vistas como uma ferramenta útil aos Estados, abrindo vias alternativas entre dois extremos, a escalada para a guerra, ou a cedência negocial.

No seu ensaio *Covert action and the Pentagon* (Kibbe, 2009, p. 439) Jennifer D. Kibbe³³ diferencia *covert* de *clandestine action*. Para esta autora *covert action* “é uma ação conduzida no exterior dos EUA para influenciar politicamente, economicamente, ou militarmente uma situação sem que o papel do governo dos EUA seja aparente, ou publicamente reconhecido”, enquanto *clandestine action* refere-se ao secretismo da própria ação, na perspetiva tática, ou seja *covert* é no sentido de proteger a identidade do mandante e *clandestine* a própria ação em si. Refere também que este tipo de ações eram maioritariamente conduzidas pela CIA mas que, depois de 2001, as forças especiais

³¹ Autor Norte Americano especialista na área do terrorismo e das Informações.

³² Senior Fellow no Geneva Centre for Democratic Control of Armed Forces (DCAF), doutorada pelo departamento - War Studies, King's College, University of London.

³³ Doutorada em Ciência Política pela UCLA –EUA e uma académica reconhecida na área das Informações.



militares têm conduzido este tipo de ações, na tradição histórica das lendárias OSS³⁴ dos EUA durante a II grande guerra. Refere ainda que o Secretário de Estado da Defesa, Donald Rumsfeld, em 2006, reorientou as missões das forças especiais militares para operações clandestinas de longa duração, em cenários de grande sensibilidade política e em zonas onde não operam forças dos EUA. Como exemplo desses empenhamentos refere ações nas Filipinas, Malásia, Geórgia, Colômbia, Indonésia, Paquistão, Iémen, Argélia, Marrocos, Mauritânia, etc.

Swenson³⁵ e Lemozy³⁶ no seu livro *Democratization of Intelligence* (2009, p. 7) referem que a globalização mudou a forma como os governos vêm as Informações: mais aberta à cooperação internacional; focada na identificação de alvos e em ações de ordem operacional sobre estes; com uma maior tendência para usar as ações encobertas.

De acordo com os artigos recentes publicados nos periódicos *Mirror* (Hughes, 2011) e *The Guardian* (Norton-Taylor, 2011) forças especiais do Reino Unido, *Special Air Service* (SAS), e de França, estiveram envolvidas em operações secretas no último conflito na Líbia.

Sobre os tipos de operações desenvolvidos pelos SIM, elaborou-se a tabela seguinte recorrendo às seguintes fontes: (DIA, 2011 b); (Kibbe, 2004); (US JCS, 2007); (WP, 2011); (UK MOD, 2011); (EM-FR, 2011); (FR Gov, 2008); (NL Gov, s.d.); (KN, 2002).

Tabela 11 - Tipo, modalidades de ação realizados pelos SIM dos EUA, UK, FR, NL

Modalidades de ação	EUA	UK	FR	NL
Recolha aberta por forças destacadas nos teatros de operações (TO);	X	X	X	X
Recolha encoberta por forças destacadas nos TO;	X	X	X	X
Ações encobertas nos TO;	X	X	X	X
Ações encobertas onde necessário;	X	X	X	
Operações psicológicas;	X	X		
Contra-Espionagem.	X			X

2. Dados e análise

A tabela 12 resume os resultados das frequências acumuladas dos inquéritos realizados aos militares e deputados. No Anexo I estão os dados completos dos inquéritos

³⁴ Office of Strategic Services.

³⁵ Russel G. Swenson – É um académico reconhecido na área das Informações e director do NDIC Press - EUA.

³⁶ Susana C. Lemozy - Professora e académica no Colégio Superior de Defesa do exército Argentino na área de Informações.



sobre as componentes deste capítulo, onde se pode verificar, pelas médias e desvios padrão das diferentes amostras, que os militares concordam na generalidade com o MR e não existem variações significativas nestas.

Apesar da tendência geral ser de aprovação na execução de ações encobertas e subversivas (alínea i) da tabela 12, observa-se um nível de concordância bastante inferior aos das outras questões. Este resultado poderá ser explicado pela eventual perceção das reticências que este tipo de operações poderá criar no setor político, ou dos problemas que se colocam nesta área de atividades a um país pequeno de poder muito limitado como Portugal.

Tabela 12 – Síntese dos modos e técnicas de operação

MR - Modos e técnicas de operação (Como)		Mil ³⁷		Dep ³⁸		CISMIL ³⁹
Níveis de concordância iguais ou superiores a:		3	4	3	4	
Tipos de operação						
i.	Devem realizar ações subversivas, encobertas e clandestinas contra Estados, ou organizações que possam colocar em risco os interesses nacionais.	56,7	25,0	16,7	16,7	
ii.	Devem realizar atividades encobertas no estrangeiro só nos teatros de operação em que estão presentes forças nacionais.	76,7	51,7	83,3	50,0	
As técnicas de recolha de informação						
iii.	Devem fazer o ciclo completo da recolha, da fusão, do processamento, da análise e da difusão da informação.	93,3	83,3	83,3	83,3	M
iv.	Devem fazer OSINT (recolha de informação em fontes abertas).	95,0	81,7	100,0	83,3	M
v.	Devem ter uma elevada componente de HUMINT	96,7	85,0	66,7	50,0	C

³⁷ Frequências acumuladas em %, da opinião dos militares, com um nível de concordância igual ou superior (3, 4).

³⁸ Frequências acumuladas em %, da opinião dos deputados, com um nível de concordância igual ou superior (3, 4).

³⁹ Grau de atividade do CISMIL – M – realiza de forma moderada, C – é uma das componentes essenciais, retirada da entrevista com o responsável máximo do organismo, em Anexo II.



para alvos militares e ou alvos estrangeiro e exógenos ao país (recolha de informação por meios humanos, agentes.					
vi. Devem fazer IMINT (recolha de informação por recurso à captação de imagens de todo o tipo) fora do território nacional, ou alvos estrangeiro e exógenos ao país.	93,3	81,7	83,3	50,0	M
vii. Devem ser responsáveis pela área do SIGINT fora do território nacional, face aos recursos já existentes nas Forças Armadas e às suas missões no exterior.	91,7	66,7	83,3	66,7	

Analisadas as respostas dos deputados, assinala-se a sombreado a forte discordância destes com as “ações subversivas...” (alínea i).

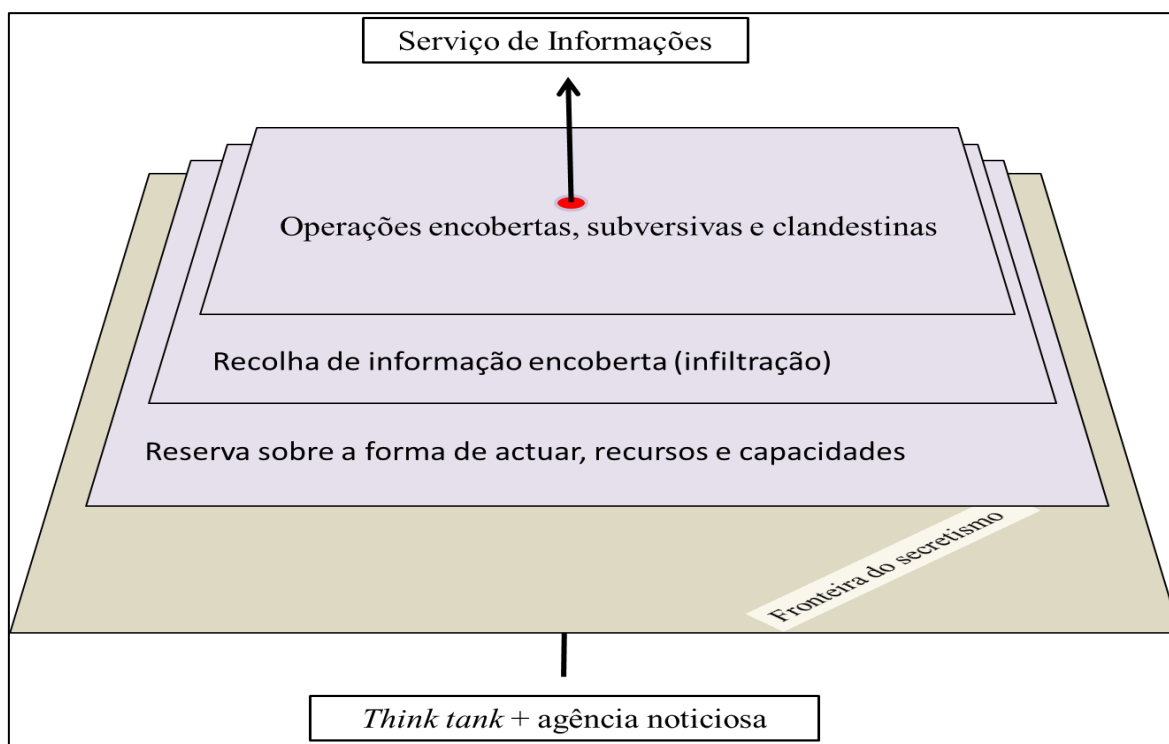


Figura 7 – Conceptualização da fronteira entre *Think Tanks* e SI

A resistência à aceitação da realização de ações encobertas e subversivas resultará, eventualmente, de complexos do passado, de um largo período de paz na história recente portuguesa e de uma tendência cultural portuguesa que é avessa ao risco.



A negação da utilidade das operações encobertas retira ao Estado um instrumento essencial de atuação, conforme referido por Livingstone (1982) e Caparini (2007), aproximando os SI de um modelo híbrido de atuação entre um *think tank* e uma agência noticiosa.

OS deputados e militares demonstraram uma elevada concordância com o ciclo de processamento da informação e com as técnicas de recolha listadas na tabela 12.

Deduz-se visualmente da tabela 12 que o CISMIL não opera em todo o espectro expectável neste tipo de serviços, nem utiliza todas as técnicas e capacidades com a mesma intensidade, ou proficiência. Da entrevista pode deduzir-se também, que os escassos recursos humanos atribuídos afetam transversalmente toda a capacidade do serviço. Contribuirá também para a sua menor eficácia o facto de não conduzir operações de SIGINT e de operar basicamente em modo aberto, o que limita a capacidade de recolha de informação e compromete necessariamente o valor percebido pelos seus pares, agravando assim as suas debilidades, num mundo cada vez mais interconectado e necessariamente cooperativo nesta área.

O facto de o CISMIL não realizar operações encobertas, clandestinas ou subversivas, revela alguma incipiência e um campo de pesquisa limitado face aos serviços congéneres do modelo de referência.

3. Síntese conclusiva

Os militares e os deputados da CDN que responderam ao inquérito mostraram reticências à realização de ações encobertas, ou clandestinas, o que contraria os modelos de operação de outros SIM de referência de países ocidentais e democráticos. A não atuação encoberta do Estado na área das Informações retira a este um dos instrumentos mais flexíveis e relevantes da sua ação no exterior comprometendo a própria eficácia do SIM.

Conduzir a recolha de informação só em modo aberto e não realizar operações encobertas na prossecução dos interesses nacionais aproxima os SI de uma mistura entre uma Agência noticiosa e um *Think Tank*.

Relativamente aos processos e técnicas de recolha houve uma elevada concordância dos militares e deputados com o MR da tabela 12.



As informações nas Forças Armadas Portuguesas – o passado, o presente e um modelo para o futuro

O CISMIL atua em modo aberto, o que limita imenso a sua capacidade de recolha de informação e necessariamente o valor percebido pelos seus pares, comprometendo toda a sua capacidade.

As limitações do CISMIL nas técnicas de recolha de informação, nomeadamente na área do SIGINT, reduzem a capacidade de produção de informação própria comprometendo a eficácia do serviço.

O CISMIL, com uma limitada capacidade de produção própria e não explorando todo o espectro de possibilidades técnicas e de modalidades de ação, acabará por tornar-se, virtualmente, num consumidor não contribuinte num mundo cooperativo com todas as consequências negativas associadas.

A escassez de recursos humanos do CISMIL terá limitações significativas que se repercutem por todo o espectro de atuação.

Nesta conformidade a H3 foi totalmente confirmada.



CAPÍTULO IV

INTEGRABILIDADE

Auditoria, coordenação, áreas cinzentas?

1. Revisão da Literatura

Introdução

A forma como o SIM se integra na CI é relevante e para isso foi definido o critério em epígrafe com os seguintes componentes:

- Posicionamento dos SIM na arquitetura da CI;
- Mecanismo de verificação democrática sobre os SIM;

a) O posicionamento dos SIM na arquitetura da CI

(1) Evolução histórica da ditadura para a democracia

Os regimes totalitários, no uso que dão dos SI, distorcem a sua natureza, transformando-os em instrumentos repressivos no controlo das oposições internas ao regime. Os SI dos regimes totalitários, por terem como alvo central a própria população, tem normalmente um carácter securitário, interno e maioritariamente de contornos policiais (Los, 2004).

Após o fim dos regimes autoritários/ditatoriais o processo de democratização dos regimes passa por um período de “nojo” que se materializa num sentimento generalizado de aversão e negação da utilidade dos Serviços de Informações (complexo da função repressiva). Na fase de transição é comum os SIM exercerem as funções globais de toda a CI (Matei & Bruneau, 2011). Ainda no mesmo artigo o autor refere que:

- As principais diferenças entre um SI de um regime democrático e o de um sistema totalitário são:
 - No regime democrático estes serviços operam num equilíbrio entre o necessário secretismo/eficácia e a transparência/responsabilidade-resposta ao poder político democraticamente eleito, enquanto num



regime autoritário operam em segredo absoluto, fora do quadro legal normal suscetíveis de todos o tipo de abusos do poder;

- No regime democrático os SI têm como fim a Defesa e a Segurança do Estado, e no regime totalitário a sustentação do regime, agindo como instrumentos da repressão política interna.
- Na transição existem fatores que podem dificultar o processo, tais como:
 - Complexidade do próprio processo de reforma associada à falta de conhecimento e experiência democrática;
 - Herança do passado não democrático nos hábitos, no pessoal disponível normalmente herdado do regime deposto, na experiência e conhecimentos anteriores mais vocacionados para o controlo interno que para uma perspetiva global de segurança e defesa. É comum a politização político-partidária dos serviços e a investigação de jornalistas para fins políticos;
 - Falta de suporte político fruto de uma forte estigmatização do passado no entendimento das funções destes serviços, tornando-os as “*bêtes noires*” (idem, p.613) dos governos por longos períodos, mesmo após a transição democrática;
 - Vulnerabilidade a interesses alheios ao Estado, o que pode incluir o crime organizado, por falta de experiência, organização, doutrina e procedimentos consolidados que resultam da renovação dos quadros;
- Os fatores que aceleram o processo de transição democrática são:
 - Vontade política em desenvolver uma reforma que alcance o devido equilíbrio entre eficácia e transparência;
 - Assistência de outros países aliados com tradição e cultura democrática bem solidificada;
 - Perceção das novas ameaças emergentes do século XXI, como o terrorismo e crime organizado transnacional e pressão internacional para a partilha de informação e colaboração;
 - Pressão dos *media* e dos setores civis da sociedade.



(2) A arquitetura dentro do arranjo democrático

Dois artigos do Centro de Estudos de Genebra DCAF (2003) e (2006) resumem de forma feliz as diferentes arquiteturas seguidas nas CI dos diversos países. As mais comuns são a da separação geográfica (externo vs interno), por competências (militares, policiais, diplomáticos), por ameaças específicas (terrorismo, tráfico de droga), por especialidades ou funções (recolha eletrónica – SIGINT). O documento apresenta ainda uma tabela elucidativa sobre a arquitetura das diferentes CI na Europa, que a seguir se reproduz:

Tabela 13 - Arquitetura da CI de diversos países Europeus (DCAF, 2006)

Country	Fused	External	Internal	Criminal	Military	Signals
Austria			X	X	X	X
Belgium			X		X	X
Bulgaria		X	X	X	X	X
Czech Rep.		X	X		X	X
Denmark			X		X	
Estonia			X			
Finland			X		X	
France		X	X	X	X	X
Germany		X	X		X	X
Greece			X			
Hungary		X	X		X	X
Ireland					X	
Italy			X		X	
Luxembourg			X		X	
Netherlands	X				X	
Norway			X		X	
Poland		X	X		X	
Portugal			X		X	
Romania		X	X	X	X	
Serbia	X					
Slovakia	X				X	
Slovenia		X			X	
Spain	X				X	
Sweden			X		X	X
Switzerland		X	X		X	X
Ukraine	X				X	
United King		X	X	X	X	X



Os principais SI descritos nos documentos anteriormente referidos são:

- Serviços de Informações de Segurança – SI vocacionados para a manutenção do Estado de Direito através da preservação da segurança pública, da contenção de movimentos subversivos, da espionagem, ou da violência política no território nacional;
- Serviços de Informações Exteriores – vocacionados para a segurança externa/defesa do Estado, providenciam aviso antecipado sobre acontecimentos no ambiente internacional que ameacem os interesses e possam representar um risco para este. A informação recolhida procura promover a segurança/defesa dos interesses nacionais na esfera política, económica, militar, científica e social.
- Serviço de Informações Militares, ou de Defesa – que geram Informações relevantes para o planeamento da defesa e suporte de operações militares;
- Serviços de Informações criminal/policiais – que produzem informação sobre o crime organizado, sofisticado e ou violento como o tráfico de droga, o branqueamento de capitais, a corrupção do aparelho do Estado, etc;
- Serviços especializados em determinados assuntos e ou de coordenação de assuntos transversais – como por exemplo as atividades de contra terrorismo; recolha de informação eletrónica (SIGINT); finanças, imigração, etc.

Marina Caparini, no seu livro “*Democratic Control of Intelligence Services*” (Caparini, 2007), secunda as preocupações com o controlo destes serviços e refere que tem sido prática comum dos regimes democráticos separarem os SI virados para a segurança interna dos SI virados para a defesa e segurança externa. No entanto, reconhece a dificuldade que as novas ameaças trouxeram a este arranjo e que muitos países de matriz democrática estão a sentir a necessidade de uma maior coordenação entre estas duas esferas de atuação, incluindo uma aproximação com os serviços e agências policiais.

O Almirante Pierre Lacoste (2001, pp. 47-71) refere na sua obra que os Serviços de Informações podem ser classificados em três modelos de acordo com o seu modo de funcionamento:

- Modelo militar - é hierarquizado e transversal a toda a estrutura militar. É um modelo estruturado com base na disciplina, na objetividade e nos



procedimentos. O modelo militar pesquisa basicamente dois tipos de informação: o conhecimento do inimigo, ou seja as suas intenções e capacidades; e o posicionamento das suas forças e a sua relação com a manobra ofensiva e defensiva, o que inclui a proteção da própria força. O modelo militar usa as próprias forças militares para obter informação, quer através dos sensores no terreno, quer através de grupos de reconhecimento avançado, operando de forma aberta, ou encoberta. Neste modelo a segurança da informação e das operações, sendo essenciais, relevam a importância das componentes da segurança documental e da contra-espionagem. É vulgar a utilização de operações de desinformação e operações psicológicas para enganar as perceções do inimigo/opositor.

- Modelo diplomático – baseia-se nas relações interpessoais que resultam dos contactos privilegiados que os representantes diplomáticos têm com outros representantes diplomáticos e altos dignatários do país anfitrião. O principal fim da atividade diplomática é manter o diálogo aberto e evitar situações de rutura. O campo de pesquisa é orientado para os grandes decisores do país anfitrião, ou outras fontes diplomáticas. Recolhe informações na maioria das vezes de fontes abertas (rádios locais, jornais, visitas oficiais, vida na comunidade, etc).
- Modelo Policial – Modelo estruturado na forma operativa no modelo militar mas com uma diferença fundamental, é que neste modelo o objetivo é levar o criminoso a tribunal havendo a necessidade da constituição da prova dentro das regras do sistema judicial. Neste modelo o cuidado processual é de crucial importância bem como o respeito pelos direitos legalmente estabelecidos na lei (modelo democrático) de forma a evitar a subtração do criminoso à pena correspondente por erro processual, ou administrativo.

De acordo com outro artigo “*Shaping an Intelligence community within EU*” (Muller-Wille, 2004), as Agências de Informações são caracterizadas através dos seguintes tipos:

- Militar – Recolhe informação de carácter militar sobre forças estrangeiras dentro e fora do respetivo território nacional. Estão normalmente subordinadas debaixo da autoridade do ministro da Defesa;



- Segurança – Dedicam-se às ameaças em território nacional que tenham como alvo as funções governativas definidas por lei;
- Criminal – Combatem as ameaças colocadas pelo crime organizado e estão ligadas à investigação criminal com o objetivo de produzirem prova e uma condenação em tribunal civil;
- Externa – Focada no desenvolvimento de outros países para suportar a formação das políticas internacionais e produzir avaliações sobre assuntos da defesa, segurança e política económica internacional. Normalmente suportam a formação de políticas em vez de decisões operacionais.

Estas relações são sumarizadas na seguinte figura retirada do mesmo artigo.

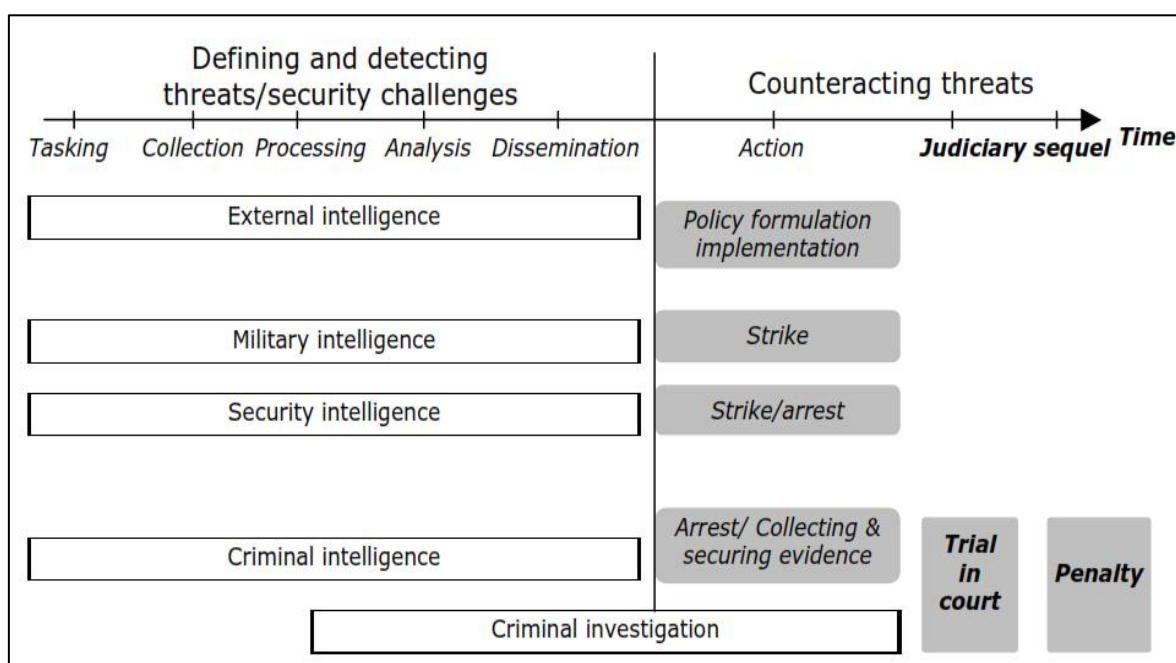


Figura 8 – Arquitetura da CI de acordo com Muller-White (2004, p. 18).

As declarações de combate ao terrorismo da Comissão Europeia (CE) de 25 de março de 2004 (Comissão Europeia, 2004), a declaração conjunta EU-EUA no combate ao terrorismo (Comissão Europeia, 2004 (a)), a declaração de RIGA em 29 de novembro de 2006 da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (NATO, 2006), assim como o novo conceito estratégico (NATO, 2010 (b)), vêm esbater consideravelmente as divisões por critérios geográficos. Assume-se nesses fora que o terrorismo, o crime organizado transnacional e o tráfico de droga são ameaças externas consideráveis aos Estados da aliança.



b) A arquitetura dos modelos de referência

Estados Unidos da América (EUA)

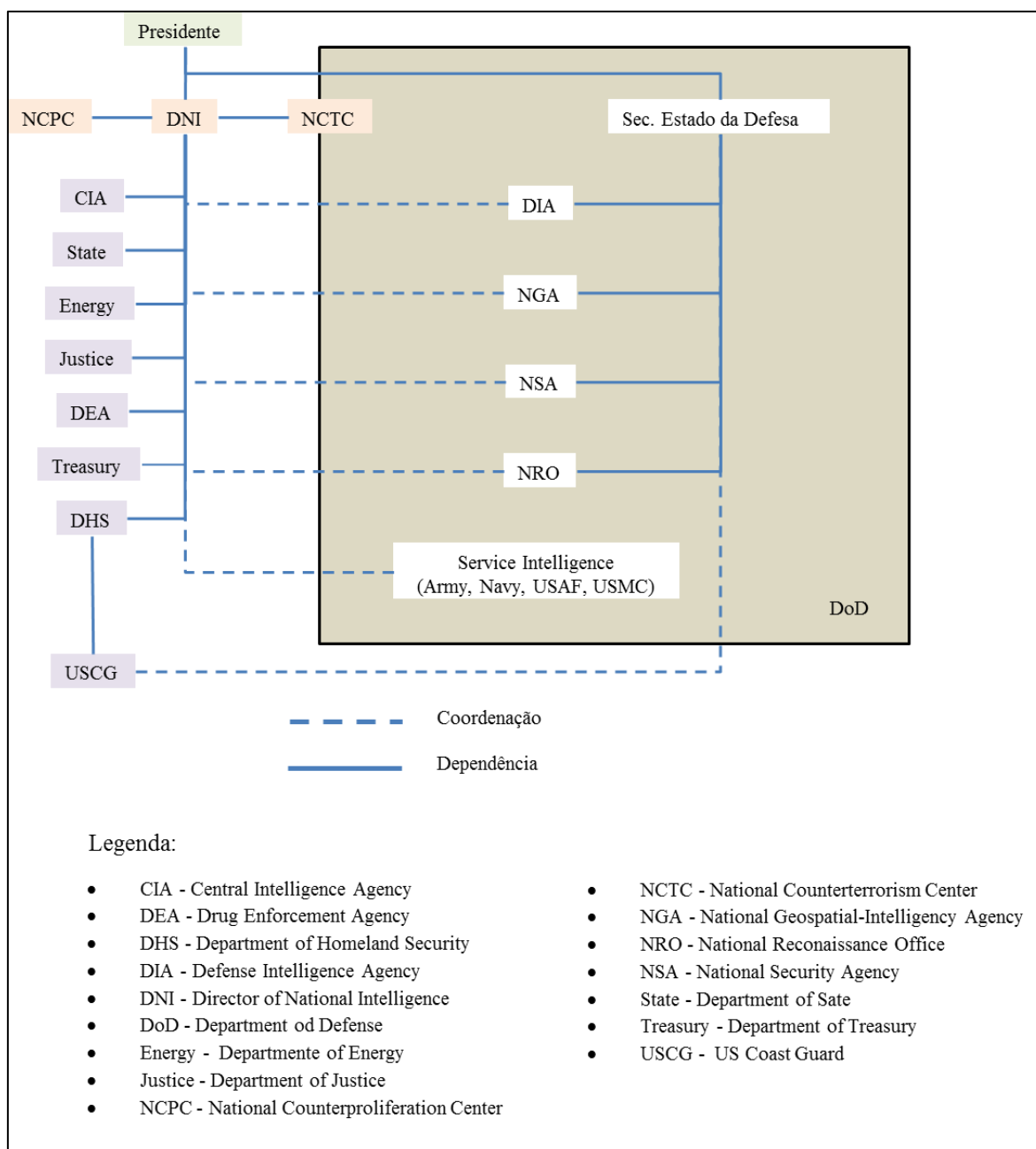


Figura 9 – Arquitetura da CI dos EUA (Joint Chiefs of Staff - US, 2007)

Nota-se na arquitetura dos EUA que todos os SI relacionados com a defesa dependem do DoD. O DIA (SIM) é dirigido por um Oficial general de 3 estrelas que coordena toda a informação recolhida na área da defesa, ao nível tático, operacional e estratégico. A divisão dos SI nos EUA é de âmbito funcional e não geográfico. A CI é coordenada centralmente por uma entidade política, exterior a todos os SI, a DNI (DIA , 2011 a).



Reino Unido (UK)

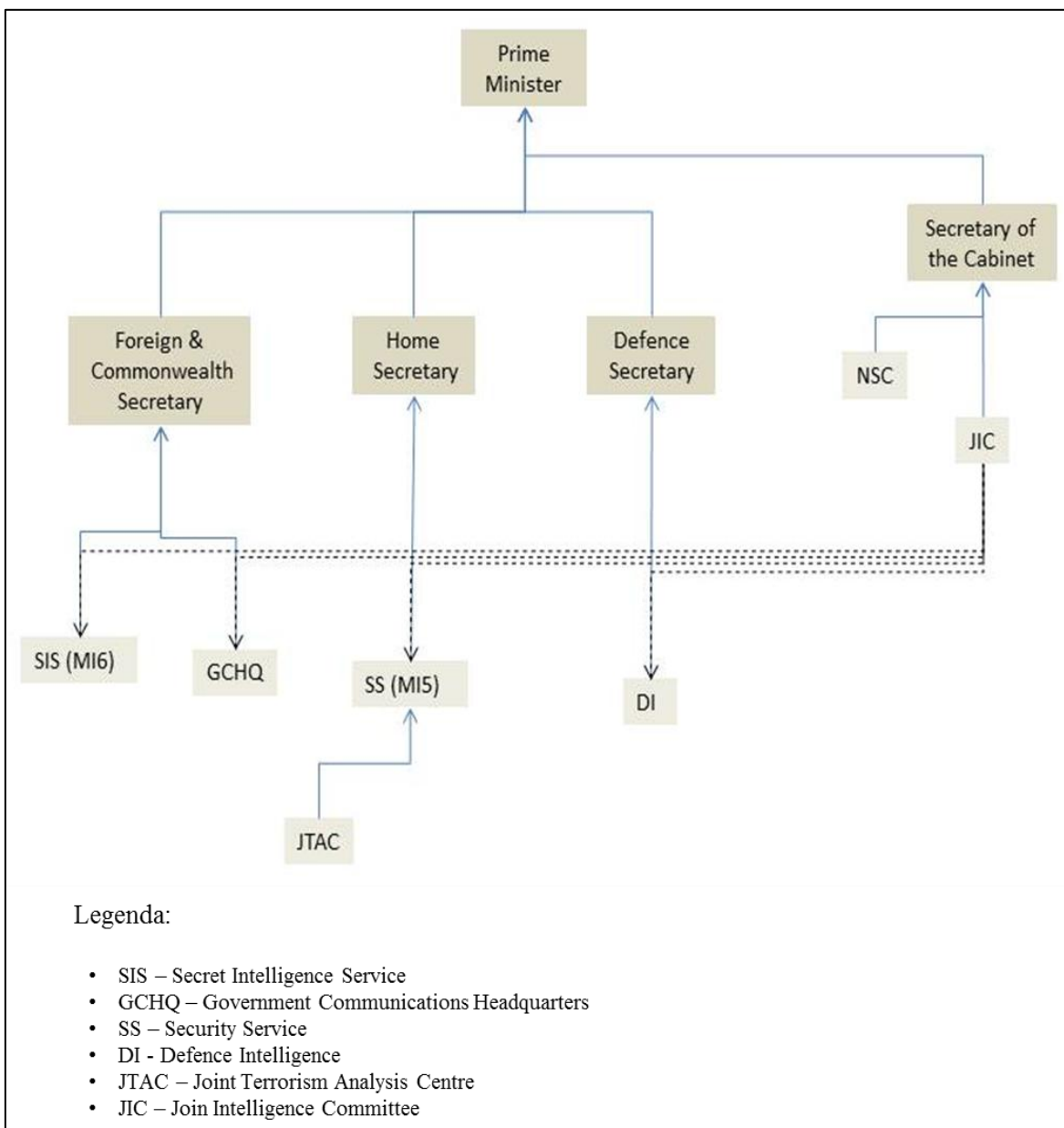


Figura 10 – Arquitetura da CI do Reino Unido (UK Gov, 2010)

O Reino Unido tem basicamente três áreas de informações, uma interna dentro de um organismo equivalente ao ministério do interior, uma diplomática, no Foreign Service (FS), e uma militar dependente do “ministério da defesa”. A parte de SIGINT está centralizada no GCHQ e depende do FS mas apoia transversalmente toda a CI. A arquitetura segue um modelo de competências, isto é informações militares, diplomáticas e policiais (MOD, 2011).



França (FR)

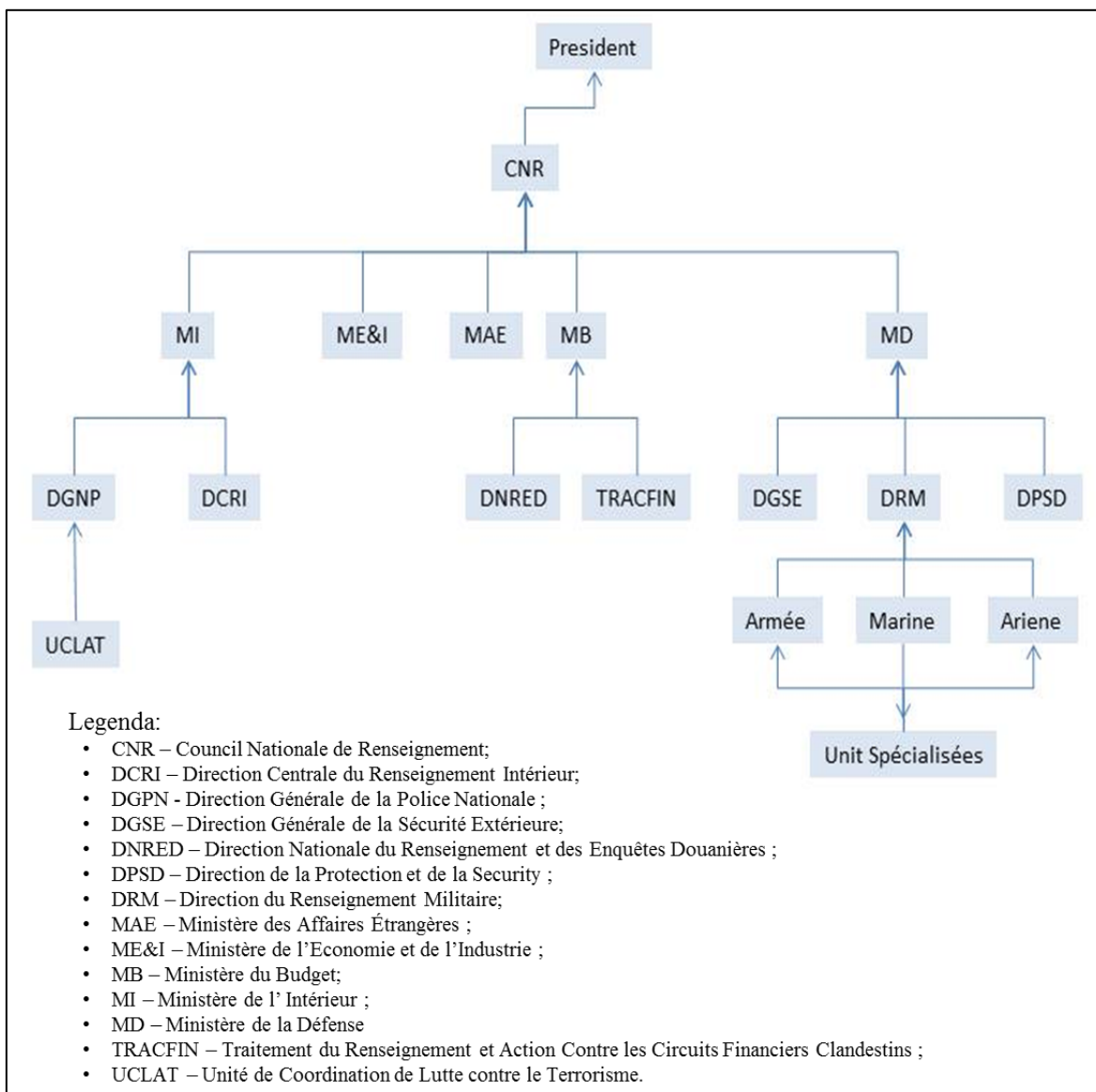


Figura 11 – Arquitetura da CI de FR (FR Gov, 2008)

Na França todos os SI relacionados com a Defesa dependem do Ministério da Defesa. A arquitetura é baseada num modelo de competência: militares, policiais, diplomáticas e económicas, com áreas transversais como o combate ao terrorismo. Existe um organismo político de coordenação, supra serviços, a CNR (FR Gov, 2008).



Holanda (NL)

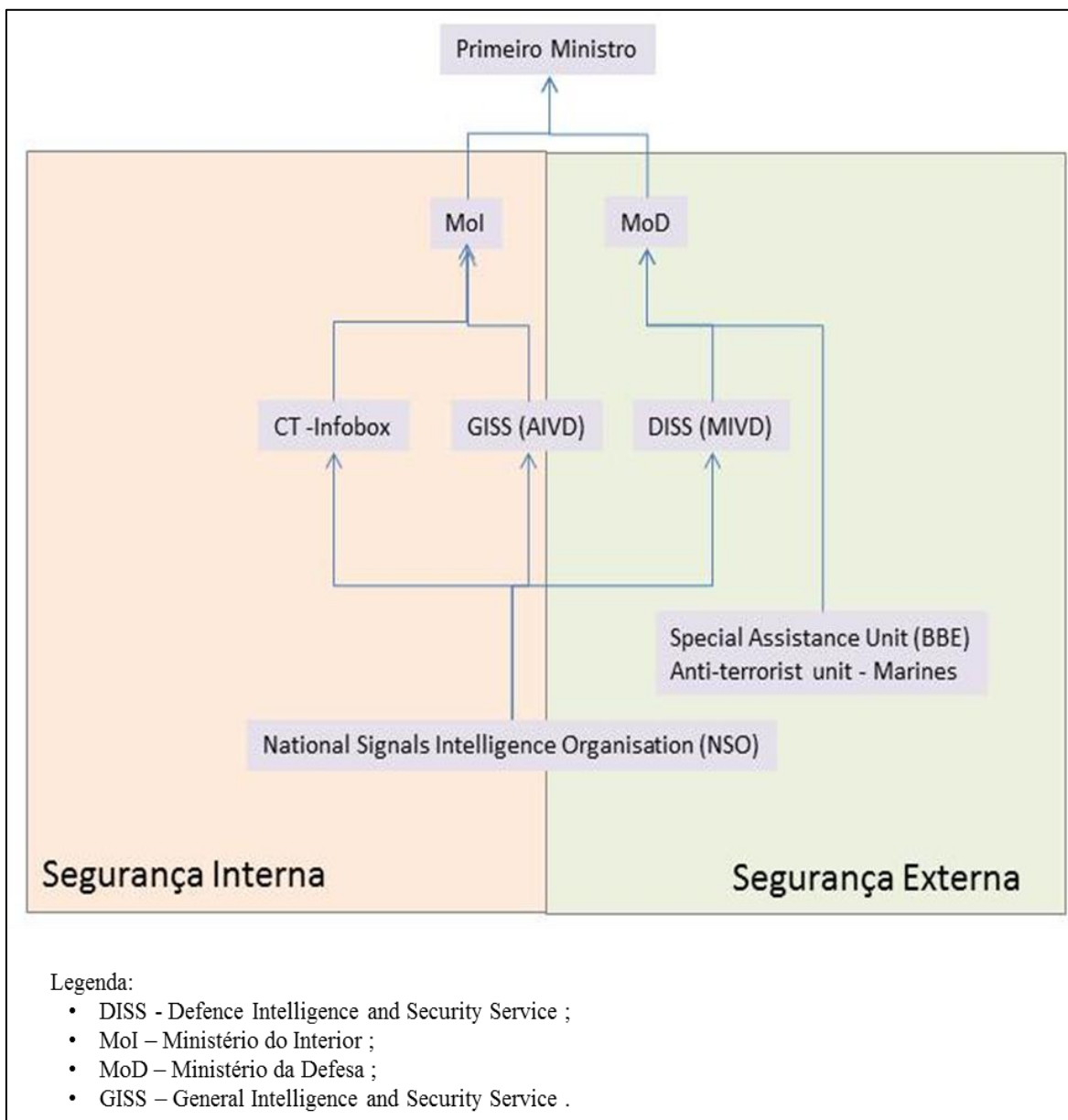


Figura 12 – Arquitetura da CI da Holanda (DCAF, 2006)

Na Holanda, embora o modelo seja misto, geográfico e funcional, todos os serviços relacionados com a Segurança Externa estão sob alçada do MoD e os relacionados com a segurança interna sob a alçada do MoI. O SI que detém todos os equipamentos de SIGINT e que opera como um serviço de apoio aos outros é NSO. A coordenação é realizada pelo gabinete do Primeiro-ministro (DCAF, 2006) .



c) Os mecanismos de verificação democrática

De acordo com Larry Watts⁴⁰, no seu artigo sobre *Intelligence Reform in Europe's Emerging Democracies* (2008), o paradoxo que as democracias enfrentam no controlo dos Serviços de Informações é: “*The vital need for intelligence and the often-secret nature of intelligence-gathering ...*”. Este autor expressa a dicotomia entre secretismo, necessária às atividades destes serviços e a abertura e transparência suficientes que permitam o escrutínio democrático.

Num artigo do *Geneva Centre for Democratic Control of Armed Forces* (DCAF IWG, 2003) é referido que tem que existir um exercício sensato e equilibrado entre controlo e secretismo, pois o segredo levado ao extremo pode dificultar a transparência e criar dificuldades no controlo democrático dos SI. Também é referido que uma característica essencial do funcionamento dos SI, em regimes democráticos, é estes funcionarem com neutralidade política, fora de qualquer influência partidária, dentro de uma ética profissional bem estabelecida, num quadro legal constitucional e democrático e que obedeçam ao mandato legal para que foram incumbidos (*idem*, p. 3).

Marina Caparini (2007, pp. 8-20) sumariza que uma boa governação na área das Informações, num regime democrático, obedece aos seguintes requisitos:

- Direção e controlo por parte do poder político;
- A não instrumentalização dos SI às necessidades políticas e partidárias;
- Elevado profissionalismo do pessoal dos SI, direccionado para um quadro de interesses nacionais e não restritamente governamentais (político-partidários), sob o primado da lei e dos valores democráticos;
- Os SI têm que providenciar informação suficiente para explicar e justificar as suas ações podendo ser sancionados caso saíam do quadro de referência legal;
- Que a responsabilização ocorre em três patamares:
 - Vertical – Dentro do quadro das dependências orgânicas do serviço;
 - Transversal – Relativamente a outros órgãos do poder democrático do Estado (executivo, judiciário, legislativo);

⁴⁰ Ex consultor da Rand para a área das Informações e assessor do Ministro da Defesa Romeno para os assuntos relacionados com a transformação dos Serviços de Informação.



- Internacional - perante organizações intergovernamentais e supranacionais, como por exemplo o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

Hans Born e Ian Leigh⁴¹ num artigo *Democratic Accountability of Intelligence Services* (2007) elaboraram duas tabelas resumo que seguidamente se reproduzem as quais contêm uma súpula dos poderes de controlo que um Estado democrático deve ter sobre a área das Informações.

Tabela 14 – Estrutura de controlo sobre os SI (Born & Leigh, 2007, p. 2)

Elements of control
Subordination of the security and intelligence services to the executive (e.g. cabinet ministers, inspectors general and high-level coordinating bodies), including safeguards against possible ministerial abuse of the services
The authority of the parliament, specifically of its special parliamentary intelligence oversight committee
Authorization and appropriation of public funds
Permanent mandates of relevant agencies and their field(s) of operation
Internal control and direction within the services
Control over politically sensitive issues, such as covert operations and international cooperation
Reporting mechanisms to the executive, the parliament and the wider public
The process of appointing and dismissing the directors of the services
Any special powers or exemptions the services enjoy
The role of independent bodies such as the financial audit office and the courts and complaint mechanisms such as ombudsmen, tribunals, review boards and data protection officers

⁴¹ Born – é o “senior fellow” do DCAF e conselheiro do Conselho Europeu e Parlamento Europeu sobre assuntos de Segurança e Leigh é professor de direito na universidade de Durham no Reino Unido.



Tabela 15 - Tipos de controlo exercido pelos parlamentos (Born & Leigh, 2007, p. 11)

Type of intelligence oversight committee	Examples of use
No parliamentary intelligence oversight committee	France (until June 2007)
No parliamentary intelligence oversight committee but Parliamentary intelligence oversight committee in combination of experts to ensure oversight of the intelligence services; members are appointed by the parliament; committee reports to the parliament	Norway
Parliamentary intelligence oversight committee and the parliament also has at its disposal an independent committee of experts, appointed by the parliament, which reports to the parliament government and intelligence services with an independent committee of experts, appointed by the government and reporting to the government	Belgium
Parliamentary intelligence oversight committee with expert staff	Netherlands
Not one but several parliamentary intelligence oversight committees for domestic, foreign and military intelligence	Germany, USA, Romania
Ad hoc investigative committees to investigate the role of the parliament has at its disposal an independent committee	German Parliament, Committee of Inquiry

2. Dados e análise

a) Evolução histórica dos Serviços de Informações portuguesas

O primeiro SI nacional, organizado, data do início da nacionalidade, pois já em 1111 havia uma organização militar de informações, a “*Schola comitis*” (Cardoso, 2004, p. 165) que foi evoluindo ao longo da história, em função das necessidades.

Em Portugal a CI teve um pendor securitário e repressivo, desde o fim do Século XIX, reforçado com a criação do Estado Novo em 1933 (Vegar, 2007, pp. 100-103). De 1933 a 1974 os únicos SI fora do âmbito da Administração Interna e do aparelho repressivo do Estado foram os SIM que tiveram um maior desenvolvimento nos teatros de operações das ex-colónias ultramarinas a partir de 1961, num contexto estritamente militar e a um nível tático/operacional (Cardoso, 2004, pp. 124-140), (Vegar, 2007, pp. 105-139). Após a revolução de 1974, quando se deu o desmembramento da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide/DGS), e na confusão que se seguiu até ao 25 de novembro de 1975, os SI foram palco de diversas investidas, no âmbito da luta pelo poder revolucionário da época. Neste período e fruto da instabilidade vivida, os SI, enquanto instrumento ao serviço do Estado, tornaram-se totalmente inoperativos. De 25 de novembro de 1975 a 1986, a Divisão de Informações do Estado Maior do Exército (DINFO) preencheu uma



lacuna existente e exerceu de facto as competências globais da CI em Portugal (Vegar, 2007, pp. 134-142). Este período do domínio da DINFO, é descrito com algum pormenor no livro de Paula Serra, as “Histórias Secretas do Serviço de Informações Militares” (1998), onde se pode constatar que a maioria das operações conduzidas por esse serviço eram dirigidas para as áreas da segurança interna e contra-espionagem⁴².

Tendo por base a documentação disponibilizada nos sítios do SIED (2012), e SIS (2012) fez-se uma resenha histórica da evolução da CI nacional a partir de 1979. Alguns acontecimentos marcantes na evolução da CI nacional foram:

- 1979 - O atentado à embaixada de Israel que se saldou em um morto e vários feridos;
- 1981 - O assassinato do adido comercial da embaixada da Turquia por um comando arménio;
- 1983 - O assassinato de Issaurir Sartawi, em Montechoro /Algarve;
- 1983, julho – Ataque de um comando arménio à embaixada Turca, do qual resultam sete mortos;
- 1986 – Início de funções do SIS;
- 1997 - Toma posse o primeiro diretor-geral do SIEDM, a 5 de maio.

Quanto à revisão de leis que regulam a CI em Portugal, a partir de 1984, o quadro é o seguinte:

- 1984 - A lei orgânica do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), (AR - Lei nº 30/84, 1984) , previa no âmbito da sua estrutura, a criação de três serviços de informações: o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), o Serviço de Informações Militares (SIM), e o Serviço de Informações e Segurança (SIS);
- 1985 - A regulamentação destes serviços foi aprovada pelos seguintes diplomas: SIED (AR - Decreto-Lei nº 224/85, 1985); SIS (AR - Decreto-Lei Nº 225/85, 1985); SIM (AR - Decreto-Lei 226/85, 1985);
- 1995 – Extinção do SIM (AR - Lei nº 4/95, 1995) sendo a componente militar atribuída ao SIED, passando a designar-se SIEDM (Serviço de Informações

⁴² Contraespionagem – Atividade que tem como objetivo combater o exercício de atividades de espionagem em território nacional.



Estratégicas de Defesa e Militares). A 30 de setembro, foi publicado o Decreto-Lei n.º 254/95 para regulamentar o SIEDM;

- 1996 – Reforço das competências do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações (AR - Lei 15/96, 1996);
- 1997 – Os poderes do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações foram substancialmente reforçadas tendo a alteração de 1997 (AR - Lei 75-A/97, 1997) criado novas regras para a eleição dos seus membros;
- 2004 – Alteração à orgânica do Sistema de Informações (AR - Lei Orgânica n.º 4/2004, 2004), que reestruturou o Sistema de Informações da República Portuguesa. Colocou os dois Serviços de Informações na dependência direta do Primeiro-Ministro e criou o cargo de Secretário-Geral do SIRP para coordenar e conduzir superiormente a atividade dos Serviços de Informações. O SIEDM perdeu a componente militar passando a designar-se por SIED, regressando ao modelo 1984. As Forças Armadas passaram a ter um SIM de forma a garantirem as suas próprias necessidades de informações.
- 2007 – É promulgada a lei orgânica do SIRP (AR - Lei n.º 9/2007, 2007) revogando os Decretos-Leis n.º 225/85, de 4 de julho, e 254/95, de 30 de setembro;
- 2008 – Lei da Segurança Interna com implicações sobre o SIS (AR - Lei n.º 53/2008, 2008) .
- 2012 – Ainda não foi promulgado qualquer diploma que regule especificamente o funcionamento do SIM.

A profusão legislativa sobre os SI, após 1974, não contribuiu para a estabilização da CI nacional retirando-lhe eficácia, e representa um sinal claro de instabilidade típica das transições de regimes ditatoriais para democráticos conforme referido por Matei e Bruneau (2011). Esta impressão é corroborada pelo jornalista José Vegar⁴³ que escreveu no seu livro sobre os SI em Portugal “*Os nossos políticos ... encaram os serviços como novas polícias políticas, especializadas em escutas e violações de direitos e garantias elementares dos cidadãos*” (Vegar, 2007, p. 264). Vegar é ainda mais explícito ao dizer que: “*...a prática totalitária da Pide criou uma repulsa genética da classe política ...*” (idem, p. 265).

⁴³ Jornalista com larga experiência nas áreas da Defesa e Segurança, autor de livros e artigos sobre a área das informações.



Matei e Bruneau (2011) referem que no período de transição para a democracia, é comum a politização político-partidária dos SI e a investigação sobre jornalistas para fins políticos. No contexto desta última referência, o artigo publicado no jornal Público de 03 de janeiro de 2012, sob o título “PSD apaga de relatório ligações das ‘secretas’ à Maçonaria” (Oliveira, 2012) e a polémica subsequente nos *media* é um exemplo bem vivo e recente disso. O Artigo explora as ligações da Maçonaria ao SIED e os jogos de poder do quadro político-partidário que pendem sobre os SI em Portugal. Esta situação contribui certamente para a descredibilização interna e externa e é um sinal grave de imaturidade democrática como descrito por Marina Caparini (2007, pp. 8-20).

b) A arquitetura da CI em Portugal

A atual arquitetura da CI vem regulada pela Lei 30/84 alterada pelas leis 4/95, 15/96, 75-A/97, lei orgânica 4/2004 e está representada na figura 13:

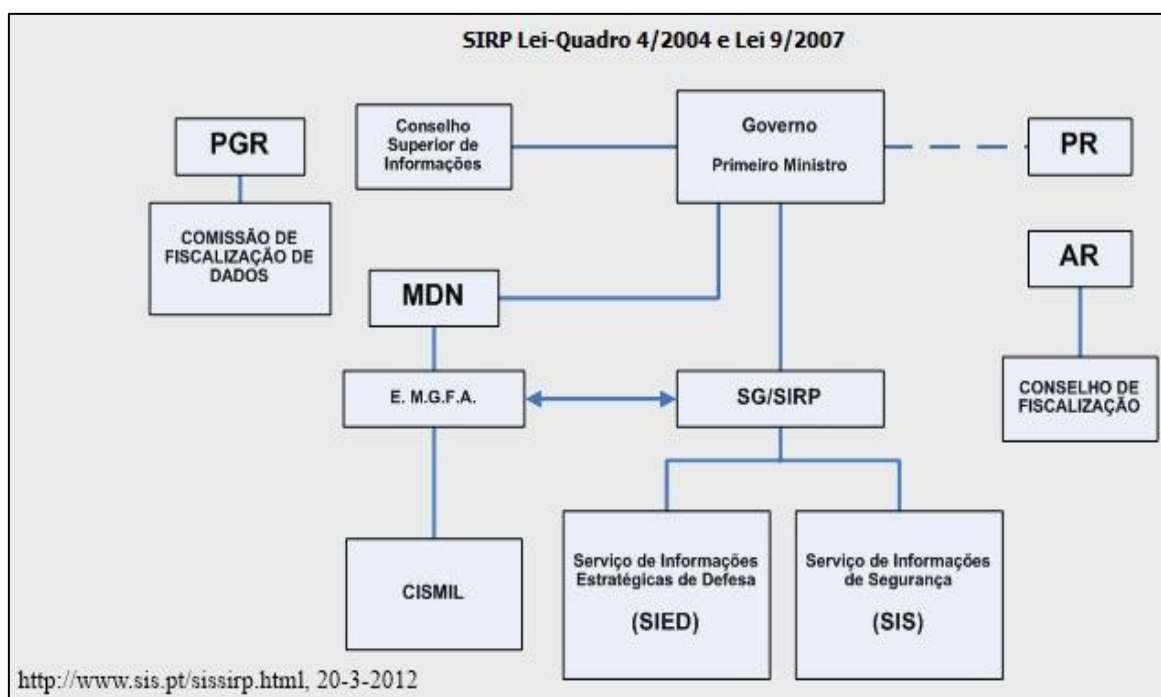


Figura 13 – Arquitetura do SIRP (SIS, s.d.)

Esta arquitetura tem por base uma divisão geográfica conforme apontado nos artigos do DCAF (2003, p. 12), (2006), isto é, ameaças internas ao território nacional sob responsabilidade do Serviço de Informações de Segurança (SIS) e externas ao território nacional sob responsabilidade do Serviço de Informações Estratégicas e de Defesa (SIED). No entanto a lei de 30/84, revista pela lei orgânica 4/2004, no seu artigo 34º, prevê uma



área de informações militares, esta já assente numa perspetiva de competências que de alguma forma colide com a arquitetura anterior

Este modelo do SIRP revela uma CI que não contempla áreas cruciais das informações, como são as de carácter policial, diplomático e económico, essenciais no mundo pós 11 de setembro de 2001.

O modelo geográfico convive mal com as áreas transversais das informações, como o combate ao terrorismo, ao crime transnacional, à proliferação de armamentos de destruição massiva e à *Ciberwarefare*, assim como, com necessidades muito especializadas e técnicas, como são as das Forças Armadas. O espalhamento geográfico cria problemas na partilha de recursos de elevado custo, como são os meios de SIGINT. A arquitetura geográfica promove também alguma irracionalidade de meios e lutas corporativas que retiram eficácia e eficiência à CI. Exemplo disso são as definições de competências vagas do art. 20º (SIED) e 21º (SIS) da lei 30/84, revista pela lei 4/2004, onde se observam sobreposições entre o SIS e os serviços de informações de cariz policial, uma vez que fenómenos como o terrorismo têm fortes ligações ao crime em geral (Jornal de Notícias, 2011). Mesmo nesta área, a legislação nacional continua a densificar as zonas de indefinição, pois se a Constituição restringe a Defesa a agressões externas no art. 273º “*Defesa Nacional ...contra qualquer agressão externa.*” (AR - Constituição Nacional, 2012), o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (RCM nº 6/2003, 2003), identifica no ponto 1.1 o terrorismo transnacional como uma ameaça externa, e no ponto 6.4 o crime organizado transnacional como uma agressão externa. Na área do SIED também existe uma forte indefinição do conceito de defesa e sobreposições com as missões e tarefas das Forças Armadas e com o SIM que as serve. Se as evidências anteriores não chegassem, um artigo na revista Segurança e Defesa de um ex-responsável do SIED (Carvalho, 2009, pp. 26,27), vem demonstrar de forma evidente a luta de poder intestina e corporativa no seio da CI e o preconceito contra o papel do SIM, que especulativamente pode ser visto como o receio do posicionamento nesta área de um grupo profissional dificilmente manipulável, os militares. Acresce referir que o autor do artigo foi o protagonista central do escândalo referido anteriormente e referenciado por uma notícia do Público (Expresso, 2012) .



Tabela 16 – Extratos da legislação sobre os SI e segurança interna.

	Legislação origem	Art	Tema	Articulado
i.	Lei nº 30/84, 1984, atualizada pela Lei Orgânica nº 4/2004, 2004 (Serviços de Informações)	20º	SIED	“...contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado Português”
ii.		21º	SIS	“...contribuam para a salvaguarda da segurança interna e a prevenção da sabotagem, do terrorismo, da espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente”
iii.		34º	SIM	“O disposto na presente lei não prejudica as actividades de informações levadas a cabo pelas Forças Armadas e necessárias ao cumprimento das suas missões específicas e à garantia da segurança militar”
iv.	Lei nº 9/2007 (SIRP)	3º	SIED	“O SIED é o único organismo incumbido da produção de informações que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado Português”.
v.			SIS	“O SIS é o único organismo incumbido da produção de informações destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido”.



vi.	Lei nº 53/2008 (Segurança Interna)	4º	Contexto geográfico	<i>“A segurança interna desenvolve -se em todo o espaço sujeito aos poderes de jurisdição do Estado Português”. “No quadro dos compromissos internacionais e das normas aplicáveis do direito internacional, as forças e os serviços de segurança podem actuar fora do espaço referido no número anterior, em cooperação com organismos e serviços de Estados estrangeiros ou com organizações internacionais de que Portugal faça parte, tendo em vista, em especial, o aprofundamento do espaço de liberdade, segurança e justiça da União Europeia”.</i>
vii.		35º	Colaboração das FFAA	<i>“As Forças Armadas colaboram em matéria de segurança interna nos termos da Constituição e da lei, competindo ao Secretário - Geral do Sistema de Segurança Interna e ao Chefe do Estado - Maior - General das Forças Armadas assegurarem entre si a articulação operacional.”</i>

Os extratos da legislação na tabela 16, toda em vigor, indiciam uma incoerência legislativa que é um bom reflexo das lutas intestinas e corporativas de poder, dos complexos sobre o papel das FFAA e das zonas cinzentas de indefinição. Por exemplo, a alínea iii da tabela contraria as alíneas anteriores e não é compatível com a alínea iv, pois o objeto das FFAA é a independência nacional e a segurança externa do Estado, logo o SIM terá que atuar nessas áreas se as FFAA aí atuarem, como é a sua missão. A alínea v é incoerente com as responsabilidades da Polícia Judiciária sobre o terrorismo, ou crime violento transnacional (AR - Lei 48/1998, 1998), ou do SEF sobre imigração ilegal (AR - DL N° 252/2000, 2000). Um exemplo curioso da quebra das referências geográficas está na alínea vi da tabela 16, pois, se a segurança interna aplica-se (considerando os argumentos



avançados pelos defensores da exclusão constitucional destes dois mundos – segurança interna vs externa), segundo um conceito de divisão territorial, ao território nacional, então as Zonas Económicas Exclusivas não sendo território nacional mas estando sujeitas à jurisdição nacional são espaços nos quais a segurança interna pode actuar, claramente fora dos limites territoriais. A proposição da alínea vii é totalmente difusa, podendo por isso ser interpretada ao sabor das corporações.

O posicionamento das missões e tarefas dos SIM pode ser conceptualizado pela figura 14.

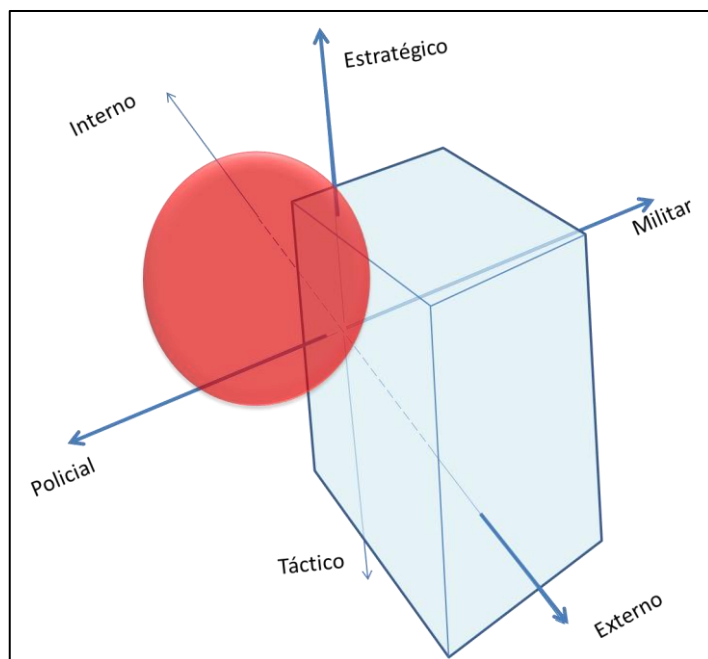


Figura 14 – Volume de atuação do SIM

A conceptualização da figura anterior assenta em três eixos, o funcional e de competências (militar vs policial), o geográfico (interno, ou externo ao território nacional), e o da complexidade x tempo (tático vs estratégico). A esfera vermelha representa o volume de indefinição e o paralelepípedo azul representa as zonas de atuação dos SIM da matriz de referência.

c) Os mecanismos de verificação democrática

Os mecanismos de verificação democrática são importantes na consolidação de uma CI. A implementação legal dos mecanismos de verificação, obtidos pelo cruzamento dos modelos de referência com a legislação nacional, encontra-se na tabela 17.



Tabela 17 – Mecanismos de verificação democrática sobre os SI

Referências: Marina Caparini (2007), Hans Born & Ian Leigh (2007), Matei & Bruneau (2011), (DCAF IWG, 2003), Larry Watts (2008).	Lei 30/84 revista e atualizada pelas leis 4/95, 15/96, 75-A/97 e lei orgânica 4/2004
Subordinação dos SI ao poder executivo democraticamente eleito.	Sim
Autoridade parlamentar com capacidade de inspeção sobre a atividade dos SI.	Sim
Escrutínio de aplicação de fundos.	Não
Mandatos e limites bem estabelecidos em lei.	Sim
Direção e controlo dos Serviços pelo poder democrático.	Sim
Mecanismo de relato periódicos ao governo, à comissão de verificação parlamentar e ao público em geral	Sim com exceção da publicitação pública dos relatórios
Controlo democrático sobre ações e modos de atuação sensíveis, como ações clandestinas e encobertas e acordos com serviços estrangeiros.	Sim
Poder democrático para nomear e desnomear responsáveis pelos serviços.	Sim
Papel de corpos independentes de verificação democrática e financeira.	Sim, parcialmente
Controlo parlamentar do CISMIL	Sim

Pode verificar-se que do ponto de vista legislativo o quadro de controlos sobre os SI é bastante completo e inclui o CISMIL. No entanto, subsistem dúvidas na sociedade portuguesa, que têm causado alguma descredibilização do sistema, de que são exemplo as referências seguintes: Intervenção na AR do deputado Luís José Ferreira (2011), notícias no SOL sobre a demissão do deputado que preside ao Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações da República Portuguesa (SOL, 2011), admissão pelo Conselho de Fiscalização de fugas de informação no SIED (Portuguese News Network, 2011),



referências do Procurador-Geral da República para o facilitismo na fiscalização das secretas (TSF, 2012).

As respostas ao inquérito por parte dos militares e dos deputados da CDN, à forma como o SIM se deveria integrar na CI, está refletida na tabela 18. Da análise dos resultados dos inquéritos para o critério Integrabilidade verifica-se a concordância generalizada com o MR, sem alterações significativas para as médias e desvios padrão nos militares (ver Anexo I) quando se segrega a amostra por subgrupos.

No entanto, quando se analisam as frequências acumuladas dos deputados sobre o indicador da alínea i da tabela 18, constata-se existir uma elevada discordância com a preposição dessa alínea, o que reflete eventualmente o entendimento destes, do espaço reservado ao SIED. Importa realçar que tanto os militares como os deputados concordam, nesta parte do inquérito, com a atuação do SIM nas áreas cinzentas entre a segurança interna vs externa e entre as informações militares vs o foro policial (alínea iv). A dúvida sobre o posicionamento do SIM quanto ao nível da informação subsiste nos militares conforme se pode verificar nos resultados da alínea ii, o mesmo não acontecendo com os deputados que tem um entendimento mais vincado sobre o espaço reservado ao SIED na área estratégica das informações da Defesa.

Tabela 18 – Síntese sobre Integrabilidade

MR - Integrabilidade		Mil ⁴⁴		Dep ⁴⁵		CISMIL ⁴⁶
Níveis de concordância iguais ou superiores a:		3	4	3	4	
Posicionamento na arquitetura da CI						
i.	Só o SIM deve tratar toda a informação de natureza militar.	75,0	50,0	33,3	16,7	
ii.	O SIM deve tratar só da informação de natureza militar de nível operacional e tático e o SIED a de nível estratégico.	55,0	38,3	83,3	83,3	

⁴⁴ Frequências acumuladas em %, da opinião dos militares, com um nível de concordância igual ou superior (3, 4).

⁴⁵ Frequências acumuladas em %, da opinião dos deputados, com um nível de concordância igual ou superior (3, 4).

⁴⁶ Grau de atividade do CISMIL – M – realiza de forma moderada, C – é uma das componentes essenciais, retirada da entrevista com o responsável máximo do organismo, em Anexo II.



iii.	O SIM deve integrar o SIRP por via de uma linha de coordenação mantendo a dependência funcional do CEMGFA.	86,7	70,0	83,3	66,7	C
iv.	O SIM também deve tratar da informação relacionada com o crime organizado transnacional, o terrorismo e a contra proliferação de armas de destruição massiva, fora do território nacional, nos espaços marítimos e aéreos sob jurisdição nacional e nos teatros de operação em que as Forças Armadas estão envolvidas.	85,0	53,3	66,7	16,7	
Verificação democrática						
v.	Face à matéria sensível que pode ser tratada no SIM este só deve ser controlado e auditado pelo MDN dentro da cadeia hierárquica.	65,0	48,3	66,7	33,3	
vi.	O SIM deve ser controlado e auditado dentro da cadeia hierárquica pelo MDN, mas de forma independente também pelo Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações da Assembleia da República.	79,7	57,6	83,3	66,7	C

Sobre o CISMIL, pode retirar-se da entrevista em Anexo II, que este está totalmente integrado nos mecanismos de verificação democrática e de coordenação do SIRP, no entanto não atua nas áreas cinzentas entre o foro militar vs policial e entre a segurança interna vs a externa, o que denota um arrumamento geográfico absoluto, pouco consentâneo com a evolução internacional e as ameaças transversais.

3. Síntese conclusiva

O CISMIL, apesar de estar integrado por força do normativo legal na CI, tem demasiadas áreas de sobreposições e indefinições que prejudicam a eficácia deste SI.

A arquitetura da CI nacional baseada num modelo geográfico, resultante de complexos do passado, não está adaptada às novas ameaças e a um mundo globalizado e interconectado. O não reconhecimento, pela estrutura normativa da CI, da existência de facto, por um lado, e da necessidade, por outro, de SI vocacionados por competências



(policiais, económicas, tecnológicas) também vulnerabiliza a capacidade portuguesa nesta área.

As competências do SIED conflituam necessariamente com as competências do SIM. Não existindo uma definição clara onde acabam umas e começam outras, a indefinição resultante reduzirá a capacidade de pesquisa e necessariamente a visão prospetiva de ambos os serviços. Esta situação resulta da própria indefinição do papel do CEMGFA.

O CISMIL está integrado plenamente nos controlos democráticos dos SI da República.

Resulta de supra a confirmação completa da H4.



CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O **tema desta investigação** foi operacionalizado através da formulação da seguinte QC: “Qual deverá ser o papel do SIM em Portugal, no início do Séc. XXI, dentro da Comunidade de Informações?”.

O **percurso metodológico** seguido está esquematizado na figura 15.

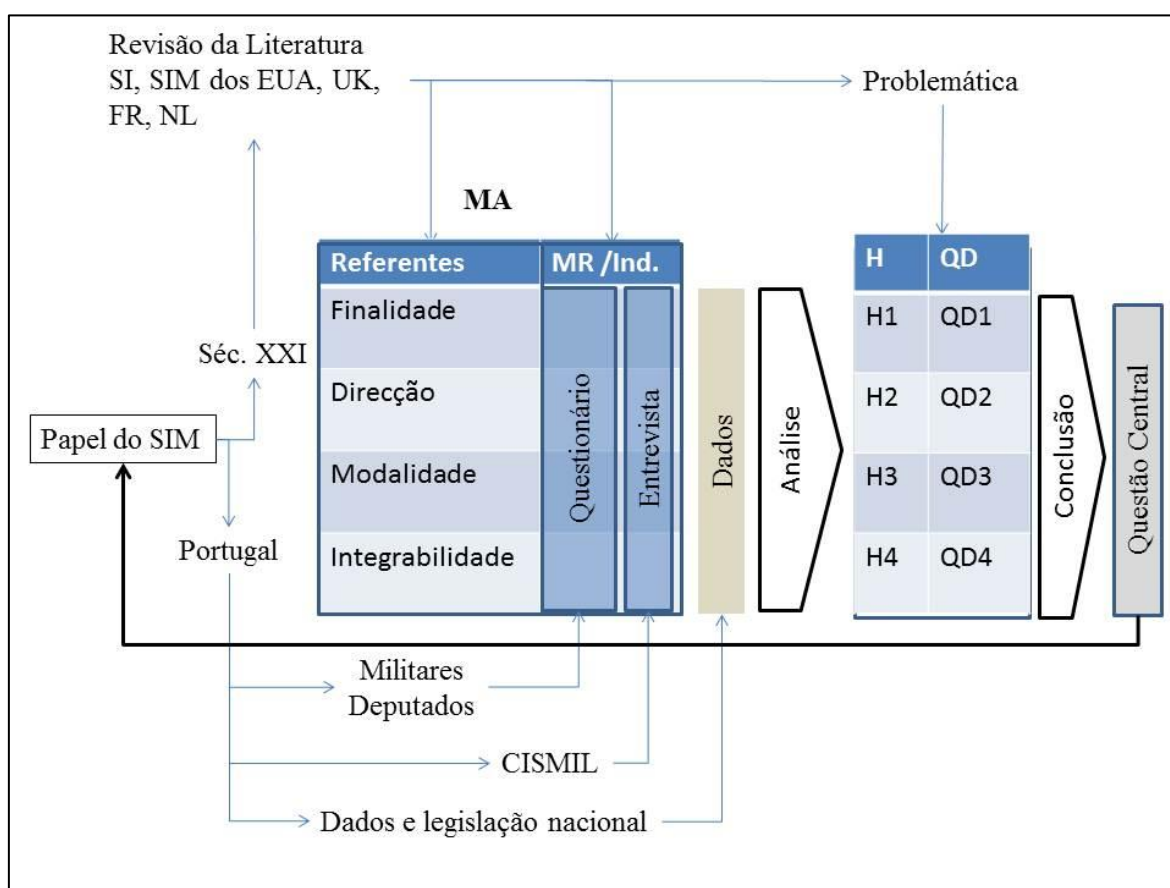


Figura 15 - Percurso metodológico

Foi formulado um MA com quatro dimensões, o que permitiu desagregar a QC em quatro QD. Associadas às QD foram formuladas quatro hipóteses [fig 15] que se consideraram suficientes para densificar uma conclusão que respondesse cabalmente à questão central.

O **campo de observação** foi estabelecido por uma amostra significativa da estrutura superior das FFAA, composta por 60 militares dos três ramos, dos quais 44 eram Oficiais Superiores, 15 Oficiais subalternos e um Oficial General, assim como por seis deputados da CDN e por uma entrevista ao responsável máximo da CISMIL. Também foi



analisada, no seu conteúdo, a legislação relativa à CI nacional, assim como artigos e periódicos relacionados com ela. A recolha de opiniões realizou-se por via de dois inquéritos *online* e a entrevista foi conduzida por um processo semi-dirigido. Sobre os resultados do inquérito foram realizadas análises estatísticas.

Os **resultados** vieram confirmar as hipóteses, indicando uma forte necessidade de reformulação do CISMIL nas vertentes relacionadas com as suas competências, níveis, modos de actuação e campo de pesquisa. Com base nas sínteses conclusivas dos capítulos I, II, III e IV, respondeu-se às questões derivadas levantadas na problemática e de forma indirecta à questão central supra formulada.

As **principais conclusões** obtidas são as seguintes:

- O MR encontrado foi validado pela amostra dos militares, que representam como tal o pensamento da estrutura superior das Forças Armadas;
- Os deputados embora concordassem na generalidade com o MR mostraram reticências nas áreas de fronteira entre a segurança interna-externa, competências policiais-militares e no nível estratégico de competências entre o CISMIL e o SIED para a área da Defesa.
- Um SIM que só opere no modo aberto tem uma pequena capacidade de adquirir informação e influenciar acontecimentos.
- O CISMIL precisa de uma reforma profunda nos objetivos, nos níveis, nos modos de operação, no campo de pesquisa e conseqüentemente na forma como se integra na CI.
- Que a reformulação do papel do CISMIL está intimamente associado à definição do papel do CEMGFA;
- Que a actual arquitectura da CI baseada num modelo geográfico, resultante de complexos e receios do passado, por ser unidimensional não está adaptada a um Mundo globalizado sem fronteiras, interdependente e onde proliferam atores não-estatais com poder considerável;
- Que malgrado 38 anos passados sobre a revolução de 1974 ainda subsistem fantasmas e complexos que prejudicam o país e a participação da FFAA na CI.

Como principais **contributos** para o conhecimento destacam-se os seguintes:



- A revisão de literatura organizada de acordo com o MA proposto, que permite observar a realidade exterior sobre os SI de uma forma estruturada e diferente do que tinha sido feito até agora;
- A conceptualização de um modelo de referência para a edificação de um SIM de cariz ocidental integrado um regime democrático;
- A identificação das zonas de fronteira entre segurança interna-externa, entre competências policiais-militares e entre os diferentes níveis de atuação, do tático, ao estratégico que facilitam o entendimento dos entraves ao desenvolvimento de uma arquitetura da CI mais eficaz;
- Também se contribui de forma significativa para o diagnóstico das fragilidades de um dos pilares fundamentais da CI nacional, o CISMIL.

Recomenda-se que:

- O EMGFA clarifique junto ao poder político qual o seu papel, se é o principal interlocutor e conselheiro do poder político para assuntos de Defesa, ou se é o Comandante Operacional Conjunto, ou as duas coisas, pois essa definição reduzirá a incerteza do papel do futuro SIM no quadro das relações com o SIED e com a CI;
- Que o EMGFA, através do MDN, lance uma campanha comunicacional sobre os partidos políticos, em especial os do arco governativo, sobre os fazedores de opinião pública e sobre a CI, da necessidade de ter um SIM eficaz e robusto num mundo volátil, dinâmico, globalizado e com atores não-estatais poderosos que operam em zonas cinzentas, para além de todas as outras ameaças tradicionais anteriores. Que nessa campanha se evidenciem as fragilidades da arquitectura actual da CI.
- Recomenda-se por fim que o EMGFA lidere um grupo de trabalho conjunto, para desenhar um modelo de SIM que realmente responda às necessidades da FFAA numa perspetiva integrada, abrangente e prospetiva, sem complexos e traços de menoridade, ou imaturidade.

Como perspectivas para a continuação do presente trabalho, considera-se importante investigar quais os modelos organizativos internos que melhor se adaptariam a um SIM Português que reunisse todos os contributos dos Ramos num todo coerente,



maximizando a eficácia e a eficiência do conjunto e que servisse cabalmente todos os níveis de decisão militar.

Por fim, consideram-se atingidos os objectivos propostos nesta investigação, pelo contributo dado para um modelo integrado dos Serviços de Informações da República Portuguesa, no contexto atual, focando um dos seus pilares, as Informações Militares.



BIBLIOGRAFIA

Andrew, C., Aldrich, R. J. & Wark, W. K., 2009. *Secret Intelligence - A Reader*. 1ª Ed ed. New York: Routledge.

AR - Constituição Nacional, 2012. *Constituição da República Portuguesa*. [Online] Available at: <http://dre.pt/comum/html/legis/crp.html> [Acesso em 14 4 2012].

AR - Decreto-Lei 226/85, 1985. *Organização do SIM*. Lisboa: Diário da República N° 1151/85 SÉRIE I, 04 Julho.

AR - Decreto-Lei n° 224/85, 1995. *Estruturação do SIED*. Lisboa: Diário da República N° 151/85 SÉRIE I, 04 de Julho.

AR - Decreto-Lei N° 225/85, 1995. *Estrutura o SIS*. Lisboa: Diário da República N°151/85 SÉRIE I, 04 de Julho.

AR - DL N° 252/2000, 2000. *Lei orgânica do SEF*. Lisboa: Diário da República N° 240/00 - Séria I, 17 de Outubro.

AR - Lei 15/96, 1996. *Reforo das competências do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações*. Lisboa: Diário da República SÉRIE I - A N° 101 de 30 de Abril.

AR - Lei 48/1998, 1998. *Lei de Organização da Investigação Criminal*. Lisboa: Diário da República, 1ª Séria - N° 165, 27 de Agosto.

AR - Lei 75-A/97, 1997. *Alteração da Lei Quadro do Sistema de Informações*. Lisboa: Diário da República, N° 167 SÉRIE I -A, 22 de Julho.

AR - Lei n° 30/84, 1984. *Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa*. Lisboa: Diário da República I Séries - N° 206 - 05 Setembro.

AR - Lei n° 4/95, 1995. *Alteração da lei 30/84, extinção do SIM*. Lisboa: Diário da República, N° 44 SÉRIE I -A, 21 de Fevereiro.

AR - Lei n° 53/2008, 2008. *Lei de Segurança Interna de 29 de Agosto*. Lisboa: Diário da República, 1ª série - N.º 167, 29 de Agosto.

AR - Lei n° 9/2007, 2007. *Lei Orgânica do SIRP*. Lisboa: Diária da República, N° 35 SÉRIE I, 19 de Fevereiro.

AR - Lei Orgânica n° 4/2004, 2004. *Altera a Lei quadro dos Sistemas de Informações da República Portuguesa*. Lisboa: Diário da República - I Série - A - N° 261, 06 Novembro.

Born, H. & Leigh, I., 2007. *Democratic Accountability of Intelligence Services*. [Online] Available at: <http://www.dcaf.ch/DCAF/EZ/Publications/Democratic-Accountability-of-Intelligence-Services> [Acesso em 23 11 2012].



Caparini, M., 2007. *Controlling and Overseeing Intelligence Services in Democratic States*. [Online]

Available at: <http://www.dcaf.ch/content/download/36839/528895/file/Ch1.pdf>

[Acesso em 11 12 2011].

Cardoso, P., 2004. *As Informações em Portugal*. 1ª ed ed. Lisboa: Gradiva.

Carvalho, J. S., 2009. Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas. *Segurança e Defesa*, Setembro-Novembro, p. 16 a 28.

Chen, D. & Stroup, W., 1993. *General System Theory: Toward a Conceptual Framework for Science and Technology for all*. [Online]

Available at:

[http://generative.edb.utexas.edu/classes/knl2011sum/materials/Chen_Stroup\(1993\).pdf](http://generative.edb.utexas.edu/classes/knl2011sum/materials/Chen_Stroup(1993).pdf)

[Acesso em 14 12 2011].

CIA, 2012. *World Factbook*. [Online]

Available at: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/wfbExt/region_mde.html

[Acesso em 15 02 2012].

Comissão Europeia, 2004 (a). *EU-U.S. DECLARATION ON COMBATING TERRORISM DROMOLAND CASTLE, 26 JUNE 2004*. [Online]

Available at: <http://www.eurunion.org/partner/summit/Summit0406/2004SumTerror.pdf>

[Acesso em 12 3 2012].

Comissão Europeia, 2004. *DECLARATION ON COMBATING TERRORISM - EU*. [Online]

Available at: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/DECL-25.3.pdf>

[Acesso em 12 3 2012].

Couto, A., 1988. *Elementos de Estratégia - Apontamento para um curso*. 2ª Ed, Vol I ed. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

DCAF IWG, 2003. *Intelligence Practice and Democratic Oversight*. [Online]

Available at: <http://www.dcaf.ch/DCAF/EZ/Publications/Intelligence-Practice-and-Democratic-Oversight>

[Acesso em 26 12 2011].

DCAF, 2006. *Intelligence Services*. [Online]

Available at: <http://www.dcaf.ch/Publications/Intelligence-Services>

[Acesso em 28 12 2011].

DIA , 2011 a. *2012-2017 DIA Strategic Plan*. [Online]

Available at: <http://www.dia.mil/about/strategic-plan/>

[Acesso em 21 11 2011].



DIA, 2011 b. *About*. [Online]

Available at: <http://www.dia.mil/about/>

[Acesso em 22 11 2011].

EM-FR, 2011. *La DRM*. [Online]

Available at: <O:\02-Henrique\CPOG\01-TII\04-Revisao-literatura-dados\FR\La DRM.htm>

[Acesso em 21 12 2011].

Expresso, 2012. *Jorge Silva Carvalho usou a Maçonaria para "conquista de poder"*.

[Online]

Available at: <http://expresso.sapo.pt/jorge-silva-carvalho-usou-maconaria-para-conquista-de-poder=f698847>

[Acesso em 25 3 2012].

Figari, G., 1994. *Évaluer: quel référentiel?*. 1re Ed ed. Bruxelles: De Boeck-Wemael s.a..

Forrester, J., 1971. *World Dynamics*. Cambridge(Massachussetts): Wright-Allen Press, Inc.

FR Gov, 2006. *La France Face au Terrorisme*. [Online]

Available at: <http://www.ladocumentationfrancaise.fr/var/storage/rapports-publics//064000275/0000.pdf>

[Acesso em 23 12 2011].

FR Gov, 2008. *Défense est Sécurité nationale - Le Livre Blanc*. [Online]

Available at: <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/0000.pdf>

[Acesso em 20 12 2011].

Heylighen, F., 1998. *Basic Concepts of the Systems Approach*. [Online]

Available at: <http://pespmc1.vub.ac.be/SYSAPPR.html>

[Acesso em 11 12 2011].

Hughes, C., 2011. *Britain's Secret War in Libya: British Special Forces uncovered on the ground*. [Online]

Available at: <http://www.mirror.co.uk/news/top-stories/2011/06/01/britain-s-secret-war-in-libya-british-special-forces-uncovered-on-the-ground-115875-23170485/>

[Acesso em 22 1 2012].

Jornal de Notícias, 2011. *Obama destaca "ligação letal" entre tráfico de droga e terrorismo*. [Online]

Available at: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1854398

[Acesso em 10 3 2012].

Kast, F. . E. & Rosenzweig, J. E., 1981. *General Systems Theory: Applications for Organization and Management*. [Online]

Available at: http://www.hainescentre.com/pdfs/kast_gst.pdf

[Acesso em 10 12 2011].



Kennedy, W. V. et al., 1987. *The intelligence war*. Rev ed. ed. Londres: Salamander books Limited.

Kibbe, J. D., 2004. The rise of the Shadow Warriors. *Foreign Affairs*, Março/Abril, Volume 83 Nº 2(Use of Special Operations), pp. 102-115.

Kibbe, J. D., 2009. Covert action and the Pentagon. In: R. J. A. W. K. W. Christopher Andrew, ed. *Secret Intelligence A Reader*. New York: Routledge, pp. 439-454.

KN, 2002. *Act of 7 February 2002, providing for rules relating to the intelligence and security services*. [Online]

Available at: http://www.ctivd.nl/?download=WIV_2002_Engels.pdf

[Acesso em 11 12 2011].

Lacoste, P. & Thual, F., 2001. *Services Secrets et Géopolitique*. 1 re ed. Paris: Lavauzelle.

Livingstone, N. C., 1982. *The War against Terrorism*. 1ª Ed ed. Lexington D.C.: Lexington Books.

Loenthal, M. M., 2003. *Intelligence: From Secrets to Policy*. 2nd Ed ed. Washington D.C.: CQPress.

Los, M., 2004. *The Techonologies of Total Domination*. [Online]

Available at: [http://www.surveillance-and-society.org/articles2\(1\)/domination.pdf](http://www.surveillance-and-society.org/articles2(1)/domination.pdf)

[Acesso em 26 12 2011].

Luís, José Ferreira, 2011. *Intervenções na Assembleia da República*. [Online]

Available at: <http://www.osverdes.pt/pages/posts/poderes-de-controlo-e-fiscalizacao-da-assembleia-da-republica-sobre-o-sistema-de-informacoes-da-republica-portuguesa-e-o-segredo-de-estado-482.php>

[Acesso em 12 3 2012].

Matei, F. C. & Bruneau, T., 2011. *Intelligence reform in new democracies: factors supporting or arresting*. [Online]

Available at: [Intelligence reform in new democracies: factors supporting or arresting](#)

[Acesso em 23 1 2012].

Muller-Wille, M. B., 2004. *For our eyes only? Shaping an intelligence community within the EU*. [Online]

Available at: <http://www.iss.europa.eu/uploads/media/occ50.pdf>

[Acesso em 29 12 2011].

NATO , 2006. *Riga Summit Declaration*. [Online]

Available at: <http://www.nato.int/docu/pr/2006/p06-150e.htm>

[Acesso em 12 3 2012].



- NATO, 2010 (b). *NATO Strategic Concept*. [Online]
Available at: http://www.nato.int/strategic-concept/pdf/Strat_Concept_web_en.pdf
[Acesso em 10 3 2012].
- NL Gov, s.d. *Netherlands Defence Intelligence - and Security Service*. [Online]
Available at: http://www.fas.org/irp/world/netherlands/mivd_brochure.pdf
[Acesso em 21 12 2011].
- Nogueira, J., 2011. *O método geopolítico alargado*. Pedrouços: s.n.
- Norton-Taylor, R., 2011. *SAS troopers help co-ordinate rebel attacks in Libya*. [Online]
Available at: <http://www.guardian.co.uk/world/2011/aug/23/sas-troopers-help-coordinate-rebels>
[Acesso em 22 1 2012].
- Nye, J., 2006. *Think Again: Soft Power*. [Online]
Available at: http://www.foreignpolicy.com/articles/2006/02/22/think_again_soft_power
[Acesso em 2012 1 12].
- Oliveira, M. J., 2012. PSD apaga de relatório ligações das 'secretas' à Maçonaria. *Público*, 1(Serviços de Informação de Segurança), p. 1.
- Oxford Dictionaries, 2012. *Intelligence*. [Online]
Available at: <http://oxforddictionaries.com/definition/intelligence>
[Acesso em 14 2 2012].
- Pestana, D. D. & Velosa, S. F., 2008. *Introdução à probabilidade e à estatística*. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Portuguese News Network, 2011. *Houve fuga de informação do SIED, concluiu Conselho de Fiscalização*. [Online]
Available at: <http://www.jornaldigital.com/noticias.php/3/20/noticias.php?noticia=27414>
[Acesso em 11 3 2012].
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V., 2005. *Manual de investigação em ciências sociais*. 4ª Edição: Outubro de 2005 ed. Lisboa: Gradiva.
- Rand, 2006. *Toward a Theory of Intelligence: Workshop report*. [Online]
Available at: http://www.rand.org/pubs/conf_proceedings/2006/RAND_CF219.pdf
[Acesso em 26 12 2011].
- RCM nº 6/2003, 2003. *Conceito estratégico de defesa nacional*. Lisboa: Diário da República I Série B - Nº 16, 20 de Janeiro.
- Ribeiro, A. S., 2010 a. *O essencial ao processo estratégico - Teoria Geral da Estratégia*. 1ª Ed ed. Lisboa: Almedina.



Ribeiro, A. S., 2010 b. *Política de Defesa Nacional e Estratégia Militar - Modelos de Elaboração*. 1ª ed. Lisboa: Diário de Bordo.

Robertson, K., 1987. *Intelligence, terrorism and civil liberties*. [Online]
Available at: http://www.lib.unb.ca/Texts/JCS/CQ/vol007_2spring1987/robertson.pdf
[Acesso em 20 1 2012].

SANS Institute, 2003. *Information Security: Managing Risk with Defense in Depth*. [Online]
Available at: http://www.sans.org/reading_room/whitepapers/infosec/information-security-managing-risk-defense-in-depth_1224
[Acesso em 01 12 2011].

SCISS, NL, 2006. *SUPERVISORY REPORT-into the deployment by the MIVD of informers and agents, more in particular abroad*. [Online]
Available at: [http://www.ctivd.nl/?download=CTIVD Report 8A.pdf](http://www.ctivd.nl/?download=CTIVD+Report+8A.pdf)
[Acesso em 10 12 2011].

Serra, P., 1998. *DINFO Histórias secretas do Serviço de Informações Militares*. 1ª Ed ed. Lisboa: Dom Quixote Lda.

SIED, 2012. *RESENHA HISTÓRICA*. [Online]
Available at: <http://www.sied.pt/resenhahistorica.html>
[Acesso em 24 1 2012].

SIS, 2012. *História do SIS*. [Online]
Available at: <http://www.sis.pt/hsis.html>
[Acesso em 24 1 2012].

SIS, s.d. *O SIS no SIRP*. [Online]
Available at: <http://www.sis.pt/sissirp.html>
[Acesso em 12 3 2012].

SOL, 2011. *Presidente do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações pede demissão*. [Online]
Available at: http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=13700
[Acesso em 12 3 2012].

Swenson, G. R. & Lemozy, C. S., 2009. *Democratization of Intelligence*. 1ª ed ed. Washington, DC: NDIC PRESS.

Texto Editora, 1999. *Dicionário Universal de Língua Portuguesa*. 5ª Ed ed. Lisboa: Texto Editora, Lda.

TSF, 2012. *Serviços de Informações: PGR pede actuação sem cedências*. [Online]
Available at: http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=2238848
[Acesso em 9 3 2012].



UK Gov, 2010. *National Intelligence Machinery*. [Online]
Available at: <http://www.cabinetoffice.gov.uk/sites/default/files/nim-november2010.pdf>
[Acesso em 24 12 2011].

UK MoD, 2010. *Understanding*. 1ª Ed ed. Shrivenha, UK: DCDC.

UK MOD, 2011. *Defence Intelligence*. [Online]
Available at:
<http://www.mod.uk/DefenceInternet/AboutDefence/WhatWeDo/SecurityandIntelligence/DIS/DefenceIntelligence.htm>
[Acesso em 21 12 2011].

US JCS, 2007. *JP2-0, Doctrine for Intelligence Support to Joint Operations*. [Online]
Available at: http://www.fas.org/irp/doddir/dod/jp2_0.pdf
[Acesso em 3 12 2011].

Vegar, J., 2007. *Serviços Secretos Portugueses - História e Poder da espionagem nacional*. 2ª ed ed. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Warner, M., 2009. *Secret Intelligence*. 1ª ed ed. New York: Routledge.

Watts, L. L., 2008. *Intelligence Reform in Europe's Emerging Democracies*. [Online]
Available at: <https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/csi-publications/csi-studies/studies/vol48no1/article02.html>
[Acesso em 24 1 2012].

WP, 2011. *Top Secret America*. [Online]
Available at: <http://projects.washingtonpost.com/top-secret-america/gov-orgs/dia/>
[Acesso em 24 12 2011].



ANEXO I

Resultados do inquérito aos militares e aos deputados

Este inquérito foi realizado no sítio [surveymonkey.com](https://www.surveymonkey.com), *online*, tendo sido respondido por 60 militares dos três ramos das Forças Armadas, a maior parte a frequentar o Curso de Promoção a Oficial General (CPOG), ou o Curso de Chefe-de-Estados-Maiores Conjuntos (CEM-C) no IESM.

Dos militares que responderam ao inquérito 44 eram Oficiais Superiores, 15 Oficiais subalternos e 1 Oficial General. Destes 24 são Coronéis, ou Capitão-de-mar-e-guerra. Dos que participaram em FNDs a distribuição foi: Coronel, ou capitão-de-mar-e-guerra – 13; Ten-Coronel, ou Capitão-de-fragata, Major, ou Capitão-tenente – 11, Capitão, ou 1º Tenente -7; Tenente, ou 2º Tenente – 1.

As perguntas do inquérito correspondem às dimensões e indicadores do Modelo de Análise.

As perguntas e os resultados gerais são os que se indicam:

<u>1. Qual o ramo/instituição a que pertence?</u>			
Marinha		48,33%	29
Exército		31,67%	19
Força Aérea		20,00%	12
Total			60
<u>2. Qual é o seu posto?</u>			
Oficial General		1,70%	1
Capitão de mar e guerra, Coronel		40,00%	24
Capitão de fragata, Tenente-Coronel, Capitão-Tenente, Major		33,30%	20
1Ten, Capitão		23,30%	14
2ºTen, Tenente		1,70%	1
Total			60



3. Participou recentemente em missões militares portuguesas no estrangeiro, ou em FND?			
Sim		53,30%	32
Não		46,70%	28
Total			60

4. Um dos aspetos mais importantes no Papel dos Serviços de Informações Militares (SIM) é definir o seu propósito, ou seja de quem devem depender, e a que nível e para que missões e tarefas. Nesta questão específica pretende-se saber de quem devem depender os SIM e para que nível de Informações?

	Estratégico	Operacional	Tático
Governo	100,0% (33)	9,1% (3)	6,1% (2)
MDN	88,4% (38)	20,9% (9)	4,7% (2)
CEMGFA	49,1% (27)	78,2% (43)	21,8% (12)
Comandos Operacionais	0,0% (0)	70,6% (36)	66,7% (34)
Comandantes unidades	0,0% (0)	18,8% (6)	93,8% (30)

5. Que missões e tarefas devem realizar os SIM?																					
Sua opinião sobre a adequabilidade desta tarefa aos SIM								Nível	Militares						Deputados					Militares	
Escala de concordância	0	1	2	3	4	5	Total		FND		CMG, ou Cor		Escala de concordância					Freq. Acum.			
	Méd ⁴⁷	Dp ⁴⁸	Méd	Dp	Méd	Dp			0	1	2	3	4	5	>N3	>N4					
Evitar surpresas estratégicas identificando ameaças militares de segurança e energéticas, antecipando crises emergentes.	0	2	3	16	16	23	E	3,92	1,07	3,90	1,19	4,00	1,18	2			2	2	91,7	65,0	

⁴⁷ Média estatística $X_m = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_i$, X_i amostra número i , n – número de observações (Pestana & Velosa, 2008, pp. 108-111).

⁴⁸ Desvio padrão $D_p = \sqrt{\frac{1}{n-1} \sum_{i=1}^n (x_i - x_m)^2}$ - X_i amostra número i , n – número de observações, x_m – média estatística (ibidem).



Providenciar vigilância estratégica sobre capacidades com fins militares imediatos, ou potenciais.	1	2	6	15	19	17	E	3,67	1,18	3,68	1,11	4,04	0,86	1	1	3	1	85,0	60,0		
Vigiar potenciais adversários, ou ameaças à segurança e defesa nacional.	0	0	6	13	17	24	E	3,98	1,01	4,10	1,04	4,21	0,93		2	2	2	90,0	68,3		
Vigiar Estados, Forças, ou entidades que possam colocar em risco a estabilidade regional, ou mundial.	1	6	10	19	17	7	E	3,10	1,21	3,13	1,28	3,33	1,40	1	1	1	2	1	71,7	40,0	
Identificar oportunidades no ambiente Internacional para avançar na ordem militar com os interesses nacionais.	1	5	7	20	19	8	E	3,25	1,18	3,35	1,11	3,42	0,97	1		3	2	78,3	45,0		
Suportar o planeamento militar de longo prazo (material, pessoal, organização, emprego, alianças).	0	6	6	12	21	15	E	3,55	1,24	3,81	1,08	3,88	1,08		1		3	1	1	80,0	60,0
Suportar operações militares em curso.	1	0	1	8	6	44	O	4,50	0,97	4,58	0,72	4,54	0,83				1	2	3	96,7	83,3
Vigiar as fronteiras dos espaços nacionais (terrestres, aéreos, marítimos) contra ações prejudiciais de outros Estados e ou agentes não-estatais (redes de crime organizado, terrorismo, todo tipo de tráficos).	4	2	8	12	16	18	T	3,47	1,45	3,61	1,31	3,63	1,31	2	2		1	1	0	76,7	56,7
Proteger as Forças próprias contra ataques de surpresa.	1	1	3	10	10	35	T	4,20	1,15	4,26	1,15	4,21	1,25				3	2	1	91,7	75,0
Evitar a deceção de entidades opositoras.	3	2	3	19	18	15	O T	3,53	1,28	3,74	1,00	3,71	1,20		1		5			86,7	55,0
Induzir a deceção em adversários, ou potenciais adversários na proteção dos interesses e Forças nacionais.	2	4	5	20	17	12	O T	3,37	1,26	3,48	1,21	3,67	1,01			1	3	1	1	81,7	48,3
Garantir a segurança das operações e da informação classificada, nomeadamente através da proteção documental e das ações de contraespionagem.	1	2	3	8	18	28	O T	4,07	1,17	3,90	1,27	4,04	1,20		1	1	1	2	1	90,0	76,7
Executar ações que contribuam para a segurança de cidadãos nacionais quando ameaçadas por forças exógenas ao país.	2	2	4	15	21	16	O T	3,65	1,22	3,71	1,35	3,83	1,24	2	1		1	1	1	86,7	61,7
Até que ponto na sua vida profissional já recebeu este tipo de informações dos SIM								Nível	Militares					Deputados			Militares				



Escala de concordância	0	1	2	3	4	5		Total		FND		CMG, ou Cor		Escala de concordância						Freq. Acum.	
								Méd	Dp	Méd	Dp	Méd	Dp	0	1	2	3	4	5	>N3	>N4
								Nada a registar													
Evitar surpresas estratégicas identificando ameaças militares de segurança e energéticas, antecipando crises emergentes.	45	3	8	3	1	0	E	0,53	1,02	0,61	1,05	0,71	1,04							6,7	1,7
Providenciar vigilância estratégica sobre capacidades com fins militares imediatos, ou potenciais.	48	6	5	0	1	0	E	0,33	0,77	0,42	0,72	0,38	0,77							1,7	1,7
Vigiar potenciais adversários, ou ameaças à segurança e defesa nacionais.	45	8	6	1	0	0	E	0,38	0,74	0,55	0,85	0,42	0,83							1,7	0,0
Vigiar Estados, Forças, ou entidades que possam colocar em risco a estabilidade regional, ou mundial.	44	6	9	0	0	0	E	0,41	0,75	0,65	0,88	0,38	0,71							0,0	0,0
Identificar oportunidades no ambiente Internacional para avançar na ordem militar com os interesses nacionais.	49	8	0	1	0	1	E	0,27	0,81	0,23	0,43	0,38	1,06							3,4	1,7
Suportar o planeamento militar de longo prazo (material, pessoal, organização, emprego, alianças).	46	8	4	1	0	0	E	0,32	0,68	0,32	0,60	0,42	0,65							1,7	0,0
Suportar operações militares em curso.	32	11	11	3	1	1	O	0,88	1,16	1,16	1,13	0,58	0,78							8,5	3,4
Vigiar as fronteiras dos espaços nacionais (terrestres, aéreos, marítimos) contra ações prejudiciais de outros Estados e ou agentes não-estatais (redes de crime organizado, terrorismo, todo tipo de tráficos).	48	7	3	0	1	0	T	0,29	0,72	0,39	0,67	0,13	0,34							1,7	1,7
Proteger as Forças próprias contra ataques de surpresa.	43	5	7	1	2	1	T	0,59	1,16	0,77	1,31	0,17	0,48							6,8	5,1
Evitar a decepção de entidades opositoras.	50	3	5	0	0	1	O T	0,31	0,86	0,29	0,64	0,29	1,04							1,7	1,7
Induzir a decepção em adversários, ou potenciais adversários na proteção dos interesses e Forças nacionais.	52	3	3	1	0	0	O T	0,20	0,61	0,13	0,43	0,21	0,66							1,7	0,0



Garantir a segurança das operações e da informação classificada, nomeadamente através da proteção documental e das ações de contraespionagem.	41	8	7	2	0	1	O T	0,56	1,02	0,68	0,98	0,54	0,88						5,1	1,7	
Executar ações que contribuam para a segurança de cidadãos nacionais quando ameaçadas por forças exógenas ao país.	48	9	1	0	1	0	O T	0,25	0,66	0,32	0,54	0,17	0,38						1,7	1,7	
<u>6. Campo de pesquisa pretende determinar quais devem ser os alvos das atividades de observação dos SIM (Quem?).</u>							Nível	Militares						Deputados					Militares		
Escala de concordância	0	1	2	3	4	5		Total	FND		CMG, ou Cor		Escala de concordância					Freq. Acum.			
								Méd	Dp	Méd	Dp	Méd	Dp	0	1	2	3	4	5	>N3	>N4
Estados vizinhos, ou com interesses cruzados nos espaços de interesse nacional permanente.	3	0	5	13	20	18	E	3,712	1,274	3,8	1,16	3,875	1,035		2		1		3	86,4	64,4
Estados com interesses conflitantes com os interesses Portugueses.	1	0	2	9	16	32	E	4,25	1,019	4,419	0,81	4,5	0,722	1			1	2	2	95,0	80,0
Estados com diásporas portuguesas.	3	0	6	20	20	11	E	3,45	1,199	3,71	0,94	3,75	0,944	1			1	2	2	85,0	51,7
Estados cruciais para a estratégia da Defesa Nacional (aliados, concorrentes, potencialmente hostis, hostis).	1	0	4	7	21	27	E	4,133	1,049	4,29	0,74	4,375	0,875		1			2	3	91,7	80,0
Organizações internacionais com interesses cruzados com os interesses nacionais.	5	0	3	16	22	13	E	3,508	1,357	3,774	1,28	3,875	1,154		2		4			86,4	59,3
Estados e organizações relacionadas com o contrabando de armas e ou envolvidos na proliferação de armas de destruição massiva.	1	0	4	11	26	17	E	3,898	1,012	4,033	0,89	4,3478	0,714		1	1	2	1	1	91,5	72,9
Forças militares estrangeiras.	2	3	10	20	17	8	E	3,183	1,214	3,344	1,23	3,52	1,085		1	2	1	1	1	75,0	41,7
Forças militares beligerantes nos teatros de operações (TO).	1	0	2	3	19	35	O	4,4	0,942	4,548	0,72	4,5	0,659			1		1	4	95,0	90,0
Insurgentes nos TO.	1	0	1	7	13	38	T	4,417	0,962	4,516	0,77	4,5417	0,721				1	1	4	96,7	85,0
Agentes de outros Estados a operar em território nacional, ou em áreas de interesse nacional.	2	1	4	9	25	19	T	3,85	1,191	4,161	1,04	4	1,216		1		3	1	1	88,3	73,3



Organizações terroristas.	0	1	3	10	12	32	O T	4,224	1,027	4,387	0,84	4,2917	1,083		1	1	1	1	2	93,1	75,9
Crime organizado transnacional, nos espaços marítimos e aéreos de jurisdição nacional, relacionados com a imigração ilegal, tráfico de estupefacientes, droga, tráfico de armamento e trânsito, ou depósito, de substâncias químicas fortemente nocivas e ou poluentes.	2	1	5	14	12	26	O T	3,85	1,3	3,839	1,21	4,0833	1,139		1	2		1	2	86,7	63,3
Pirataria marítima.	1	1	7	9	22	20	O T	3,833	1,167	3,806	1,19	4,4583	0,721			1	1	3	1	85,0	70,0
Pirataria informática de contorno transnacional, nomeadamente a promovida por Estados no âmbito da Cyberwarfare.	1	3	2	12	14	28	O T	3,983	1,242	4,032	1,3	4,4583	0,977			1	1		4	90,0	70,0
Organismos que se dedicam ao desenvolvimento capacidades e tecnologias com aplicação militar.	2	2	6	10	27	13	E	3,617	1,223	3,581	1,29	3,9583	0,908		1	1	3	1		83,3	66,7
Empresas ligadas à indústria militar nacional e internacional com envolvimento em Portugal, ou em áreas de interesse nacional.	3	2	3	15	21	16	E	3,617	1,303	3,613	1,26	3,8333	0,917	1	1	1	1	2		86,7	61,7
Representantes de empresas com interesses na venda de armamento em Portugal.	3	2	9	15	19	12	E	3,35	1,325	3,452	1,26	3,5417	1,103	1	1	1	1	2		76,7	51,7
7. Pretende determinar qual a natureza da informação a pesquisar nos alvos da pergunta anterior (O Quê?).							Nível	Militares						Deputados					Militares		
Escala de concordância								Total		FND		CMG, ou Cor		Escala de concordância					Freq. Acum.		
0	1	2	3	4	5			Méd	Dp	Méd	Dp	Méd	Dp	0	1	2	3	4	5	>N3	>N4
Interesses e intenções.	0	0	2	7	20	31	E	4,333	0,816	4,452	0,72	4,4167	0,881					4	2	96,7	85,0
Cultura, doutrina e organização.	0	1	1	16	23	19	E	3,967	0,901	4,097	0,83	4,1667	0,761		1		2	3		96,7	70,0
Modo de operação e táticas.	0	1	3	5	18	33	O T	4,317	0,948	4,484	0,85	4,5	0,659					3	3	93,3	85,0



Estado de preparação e de prontidão.	0	0	3	6	23	28	O	4,267	0,841	4,323	0,87	4,4583	0,658					4	2	95,0	85,0	
Recursos humanos, materiais, financeiros e capacidades logísticas.	0	0	3	9	25	23	O	4,133	0,853	4,065	0,93	4,25	0,737					2	4	95,0	80,0	
Capacidades tecnológicas.	0	0	2	9	22	27	O	4,233	0,831	4,29	0,86	4,2917	0,751	1				2	3	96,7	81,7	
Capacidades associadas ao armamento disponível.	0	0	3	7	23	27	O	4,233	0,851	4,29	0,82	4,4167	0,776	1				5		95,0	83,3	
Posicionamento, movimentações, ações.	0	0	3	6	19	32	O T	4,333	0,857	4,323	0,87	4,6667	0,565	1				4	1	95,0	85,0	
Redes de comando e controlo, tecnologias de informação (TI) e comunicações.	0	0	2	6	17	35	O T	4,417	0,809	4,452	0,81	4,6667	0,565	1				1	4	96,7	86,7	
Redes de contacto e ligações relacionadas com a atividade sob observação.	0	0	1	10	22	26	O T	4,237	0,795	4,367	0,76	4,4167	0,776					1	5	98,3	81,4	
Capacidades em Cyberwarfare.	0	0	2	7	26	25	O T	4,233	0,789	4,355	0,8	4,375	0,711					1	3	2	96,7	85,0
Avaliação dos efeitos das operações realizadas.	1	0	4	12	24	19	T	3,917	1,03	4,161	0,78	4,2083	0,833	1				1	4	91,7	71,7	
Perfis psicológicos dos potenciais opositores.	0	1	1	14	26	18	O T	3,983	0,873	4	0,93	4,25	0,794	1	1			3	1	96,7	73,3	
8. Importa perceber os modos em que os SIM devem operar, daí a necessidade de recolher a sua opinião nos seguintes aspetos:							Nível	Militares						Deputados					Militares			
Escala de concordância	0	1	2	3	4	5		Total		FND		CMG, ou Cor		Escala de concordância					Freq. Acum.			
								Méd	Dp	Méd	Dp	Méd	Dp	0	1	2	3	4	5	>N3	>N4	
Devem realizar ações subversivas, encobertas e clandestinas contra Estados, ou organizações que possam colocar em risco os interesses nacionais.	6	6	14	19	9	6		O T	2,617	1,403	2,935	1,36	2,75	1,452	2	2	1		1	0	56,7	25,0
Devem realizar atividades encobertas no estrangeiro só nos teatros de operação em que estão presentes forças nacionais.	3	3	8	15	21	10	O T	3,3	1,319	3,226	1,36	3,5833	1,586	1				2	1	2	76,7	51,7



Devem fazer o ciclo completo da recolha, da fusão, do processamento, da análise e da difusão da informação.	1	0	3	6	22	28	E O T	4,2	1,005	4,419	0,76	4,0417	1,268			1	4	1	93,3	83,3	
Devem fazer OSINT (recolha de informação em fontes abertas).	0	1	2	8	19	30	E O	4,25	0,932	4,323	0,94	4,25	1,113				1	4	1	95,0	81,7
Devem ter uma elevada componente de HUMINT para alvos militares e ou alvos estrangeiro e exógenos ao país (recolha de informação por meios humanos, agentes).	0	0	2	7	25	26	T	4,25	0,795	4,387	0,67	4,2083	0,833	1		1	1	3	96,7	85,0	
Devem fazer IMINT (recolha de informação por recurso à captação de imagens de todo o tipo) fora do território nacional, ou alvos estrangeiro e exógenos ao país.	0	1	3	7	29	20	O T	4,067	0,899	4,161	1	4,0417	1,083	1			2	3	93,3	81,7	
Devem ser responsáveis pela área do SIGINT (área das informações relacionadas com meios muito sofisticados de interseção eletrónica, tipo emissões radares, captação de sinais acústicos em ambiente marinho, comunicações e outras emissões eletrónicas) fora do território nacional, face aos recursos já existentes nas Forças Armadas e às suas missões no exterior.	1	3	1	15	24	16	E O T	3,767	1,125	4	1,03	3,75	1,26	1			1	4	91,7	66,7	
9. Importa perceber qual a sua opinião como os SIM se devem integrar na Comunidade de Informações nacional.							Nível	Militares						Deputados					Militares		
Escala de concordância								Total		FND		CMG, ou Cor		Escala de concordância					Freq. Acum.		
0	1	2	3	4	5	Méd		Dp	Méd	Dp	Méd	Dp	0	1	2	3	4	5	>N3	>N4	
Só o SIM deve tratar toda a informação de natureza militar.	5	5	5	15	13	17	E	3,283	1,574	3,387	1,52	3,2917	1,488	2		2	1		1	75,0	50,0



O SIM deve tratar só da informação de natureza militar de nível operacional e tático e o SIED a de nível estratégico.	12	6	9	10	13	10	O T	2,6	1,768	2,484	1,93	2,375	1,813			1		3	2	55,0	38,3	
O SIM também deve tratar da informação relacionada com o crime organizado transnacional, o terrorismo e a contra proliferação de armas de destruição massiva, fora do território nacional, nos espaços marítimos e aéreos sob jurisdição nacional e nos teatros de operação em que as Forças Armadas estão envolvidas.	2	3	4	19	21	11	O T	3,45	1,213	3,387	1,23	3,375	1,377	1	1			3	1	85,0	53,3	
Face à matéria sensível que pode ser tratada no SIM este só deve ser controlado e auditado pelo MDN dentro da cadeia hierárquica.	14	3	4	10	16	13	E O T	2,833	1,879	2,871	2,01	2,75	2,048			1	1	2	2	65,0	48,3	
O SIM deve ser controlado e auditado dentro da cadeia hierárquica pelo MDN, mas de forma independente também pelo Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações da Assembleia da República.	5	4	3	13	16	18	E O T	3,441	1,557	3,5	1,53	3,5	1,642			1		1	1	3	79,7	57,6
O SIM deve integrar o SIRP por via de uma linha de coordenação mantendo a dependência funcional do CEMGFA.	1	2	5	10	18	24	E O T	3,9	1,217	4,097	1,08	3,9167	1,442			1		1	1	3	86,7	70,0



ANEXO II – Modelo e entrevista ao Diretor da CISMIL

Ao: Exmo MGen Carlos António C. Hernandez Jerónimo, efectuada no dia 29 de Março, pelas 15:30, nas instalações do CISMIL.

Q1. Propósito (para quem, para quê e a que nível)

Q1.1 – Sobre que dependência atua o CISMIL (para quem devem reportar)?

R: O CISMIL atua na dependência do EMGFA e reporta ao CEMGFA, no entanto algumas células táticas atuam no terreno tendo como prioridade o apoio ao Cmdt da respectiva FND, continuando contudo a reportar as informações que possam ter interesse estratégico/militar ao CISMIL no EMGFA. O CISMIL responde às necessidades estratégicas/militares e operacionais do EMGFA e às necessidades táticas dos Cmdts das FNDs.

Q1.2 – Quais são as missões e tarefas do CISMIL (missões e tarefas)?

R: Vigiante ameaças emergentes à Segurança e Defesa, na área militar, nomeadamente conflitos que possam colocar em risco os interesses portugueses, das suas diásporas, ou a estabilidade regional. Para além destas tarefas, e através das suas células táticas, executam missões de informações de forma a contribuir para a proteção e a segurança das FNDs, evitando a decepção destas. Também contribuem para a segurança da informação e proteção da informação classificada a nível militar. Essas células atuaram já no Líbano e Afeganistão.

Q1.3 – Os militares das células táticas tem conhecimentos das línguas locais e infiltram-se na população e nas forças opositoras?

R: Não, os militares do CISMIL dão apoio de staff na área de informações aos Cmdts das FNDs e desenvolvem a sua actividade fundamentalmente em ligação com outras células de informações de países amigos e aliados, bem como os elementos de informações dos quartéis gerais instalados nos TOs.

Q2 – Campo de pesquisa (quem e o quê)

Q2.1 – Quem são os alvos de pesquisa do CISMIL?

R: Nos aspetos militares, Estados que possam colidir com, ou colocar em perigo interesses nacionais, países que abrigam diásporas nacionais em zonas de turbulência e de instabilidade político-militar, e sobre forças beligerantes, de insurretos, organizações terroristas, organizações criminosas integradas no esforço terrorista, ou de insurreição, a operar em teatros onde se encontram FND.

Q2.2 – Qual a natureza do que o CISMIL pesquisa?

R: A natureza do que se pesquisa são os interesses, cultura, organização, modos de operação, prontidão, recursos, capacidades, posicionamento, movimentações, redes de comando e controlo, perfis psicológicos de opositores e avaliação dos efeitos das operações nacionais sobre adversários, ou potenciais adversários. Existe no entanto um foco sobre as informações de natureza mais tática nos teatros de operação onde estão as FND.

Q3 – Modos como desenvolve a atividade (Como)

Q3.1 – Que processos realiza o CISMIL (pesquisa, fusão, análise, troca, difusão)?



R: O CISMIL realiza todos os processos anteriores, no entanto por limitação de recursos tem uma diminuta componente de pesquisa e análise, suportando-se essencialmente na partilha de informação com outros serviços similares de países aliados.

Q3.2 – Em que modo opera o CISMIL (aberto, encoberto, os dois, grupos avançados nos teatros de operação, outros)?

R: O CISMIL não tem realizado ações clandestinas ou subversivas, aposta na capacidade de HUMINT para constituir células de informações que acompanham as FNDs.

Q3.3 - Que técnicas usa o CISMIL (OSINT, HUMINT, SIGINT, TECHINT, IMINT, todos, outras)?

R: Para além das capacidades HUMINT anteriormente referidas o CISMIL realiza alguma atividade IMINT e OSINT e está a preparar-se para melhorar as suas capacidades de SIGINT.

Q3.4 – O CISMIL tem especialistas em línguas, tipo “Pastum”, “Árabe”, ou outras?

R: Atualmente não, já teve alguém que dominava alguns línguas do Leste Europeu.

Q4 – Integração dentro da Comunidade de Informações nacional

Q4.1 a – O CISMIL atua no estrangeiro onde estejam interesses importantes para o país?

R: Não, essa tem sido uma competência do SIED.

Q4.1 b – O CISMIL atuar no estrangeiro só em áreas onde decorram operações militares envolvendo contingentes nacionais?

R: Sim, através das suas células de HUMINT integradas nas FNDs.

Q4.2 – O CISMIL atua em território nacional (exemplo contraespionagem), ou só em função da natureza dos alvos?

R: O CISMIL só executa em território nacional atividades de proteção e de contra-espionagem dentro das unidades e espaços militares, fora deles a competência é do SIS.

Q4.3 – O CISMIL atua contra ameaças, que embora na zona cinzenta entre as áreas da Segurança e Defesa (crime organizado, redes de terrorismo, imigração clandestina, crimes contra o ambiente, etc), podem materializar-se nas fronteiras nacionais (espaços marítimos e aéreos)?

R: Só nos teatros de operação onde estão as FND numa perspetiva de segurança e proteção das forças nacionais.

Q4.4 a – Que organismo tem a função de inspecionar o CISMIL de modo a garantir que não se produzem desvios dentro do quadro de referência democrática (Assembleia da República, governo, outros)?

R: O Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações da República Portuguesa.

Q4.4 b – O CISMIL já foi alvo de qualquer tipo de escrutínio exterior?

R: Sim, foi recentemente alvo do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações da República Portuguesa.